

Perfil do trabalho infantil no Brasil, por regiões e ramos de atividade

Legado em Transformação



Organização Internacional do Trabalho
Programa Internacional para Eliminação
do Trabalho Infantil - IPEC



Perfil do trabalho infantil no Brasil,
por regiões e ramos de atividade

Legado em Transformação

*Perfil do trabalho infantil no Brasil,
por regiões e ramos de atividade*

Secretaria Internacional do Trabalho

Brasil

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2004
1ª edição 2004

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça. Os pedidos serão bem-vindos.

O perfil do trabalho infantil no Brasil, por regiões e ramos de atividade/Ana Lúcia Kassouf (coordenadora). – Brasília : OIT, 2004.
92 p. : il., mapa color., tab.

ISBN 92-2-815869-7

1. Trabalho infantil. 2. Educação. 3. Saúde e segurança no trabalho. 4. Renda. 5. PNAD. I. Kassouf, Ana Lúcia. II. Vasconcellos, Lígia Maria de.

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país, ao território citado, às suas autoridades ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas, produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho. O fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovção.

Recursos para essa publicação da OIT foram fornecidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Essa publicação não reflete, necessariamente, as políticas do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. De igual maneira, a menção de marcas, produtos comerciais ou organizações não implica em qualquer forma de endosso do Governo dos Estados Unidos.

As publicações da OIT podem ser obtidas nas principais livrarias ou no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600, ou no International Labour Office, CH-1211. Geneva 22, Suíça. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima, ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br

Visite nossa página na Internet: www.oit.org/brasil

Catálogo na Fonte: Marcos Bizerra Costa (5561) 301-1744

Impresso no Brasil

Edição

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)
Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC)

Diretor do Escritório da OIT no Brasil

Armand F. Pereira

Diretor Adjunto do Escritório da OIT no Brasil

José Carlos Ferreira

Coordenador Nacional do IPEC

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenação e Supervisão Geral – SIMPOC/IPEC/OIT

Angela Martins Oliveira

Coordenadora do Estudo

Ana Lúcia Kassouf

Assistente de Investigação

Lígia Maria de Vasconcellos

Equipe Técnica do IPEC no Brasil

Nadir Magalhães, assistente administrativa

Paula Fonseca, assistente administrativa

Revisão Técnica do Estudo

Angela Martins Oliveira, especialista sênior em estatística

Andréa Bolzon, consultora externa

Projeto Gráfico

PHD Design Gráfico

Assistente de Arte

Luciana Oliveira

Revisão de Textos

Susana Souto

Fotografias

Nicolau El-Moor



A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A **Organização Internacional do Trabalho** foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos.

Ao longo dos anos, a OIT tem lançado, para adoção de seus Estados-membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, entre outras. A OIT desenvolve projetos de cooperação técnica e presta serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-membros.

A estrutura da OIT compreende: **Conferência Internacional do Trabalho**, **Conselho de Administração** e **Secretaria Internacional do Trabalho**. A Conferência é um fórum mundial que se reúne anualmente para discutir questões sociais e trabalhistas, adotar e rever normas internacionais do trabalho e estabelecer as políticas gerais da Organização. É composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 177 Estados-Membros da OIT. Esses três constituintes estão também representados no Conselho de Administração, órgão executivo da OIT, que decide sobre as políticas da OIT. A Secretaria Internacional do Trabalho é o órgão permanente que, sob o comando do Diretor-Geral, é constituída por diversos departamentos, setores e por extensa rede de escritórios instalados em mais de 40 países. Mantém contato com governos e representações de empregadores e de trabalhadores e marca a presença da OIT em todo o mundo do trabalho.

Publicações da OIT

A **Secretaria Internacional do Trabalho** é também instância de pesquisa e editora da OIT. Seu **Departamento de Publicações** produz e distribui material sobre as principais tendências sociais e econômicas. Publica estudos sobre políticas e questões que afetam o trabalho no mundo, obras de referência, guias técnicos, livros de pesquisa e monografias, repertórios de recomendações práticas sobre diversos temas (por exemplo, segurança e saúde no trabalho), e manuais de treinamento para trabalhadores. É também editora da *Revista Internacional do Trabalho* em inglês, francês e espanhol, que publica resultados de pesquisas originais, perspectivas sobre novos temas e resenhas de livros. O Escritório da OIT no Brasil edita seus próprios livros e outras publicações, bem como traduz para o português algumas publicações da Secretaria Internacional do Trabalho.

As publicações da OIT podem ser obtidas no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, lote 35, Brasília (DF), 70800-400, tel (61) 2106-4600, ou na sede da Secretaria Internacional do Trabalho: CH-1211, Genebra 22, Suíça. Catálogos e listas de novas publicações estão disponíveis nos endereços acima ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br.

Visite nossa página na Internet: www.oit.org/brasil



Sumário

Resumo executivo.....	14
Introdução.....	15
Banco de dados.....	17
Trabalho infantil estratificado por regiões.....	19
1. Distribuição do trabalho infantil, por grupos de idade, sexo e áreas urbana e rural.....	24
2. Rendimento do trabalho infantil.....	26
3. Posição na ocupação.....	30
4. Educação.....	34
5. Programas de transferência de renda.....	48
6. Satisfação com o trabalho.....	49
7. Determinantes do trabalho infantil.....	52
Trabalho infantil estratificado por ramos de atividade.....	57
1. Distribuição do trabalho infantil por região, área urbana e rural e características individuais.....	60
2. Educação.....	62
3. Satisfação com o trabalho.....	64
4. Rendimento do trabalho infantil.....	66
Ocupações perigosas.....	69
1. Distribuição das ocupações perigosas.....	69
2. Ocorrência de acidentes.....	73
3. Prevenção de acidentes.....	83
Conclusão.....	87
Referências bibliográficas.....	90

Mapa e tabelas

Mapa 1 - Divisão político-administrativa do Brasil (estados e regiões).....	19
Tabela 1 - Condições de vida entre regiões – 2000.....	21
Tabela 2 - PIB per capita (R\$ de 2000), contribuição para o PIB total de cada região e índice de Gini - 1985, 1990, 1995, 2000.....	22
Tabela 3 - Número e proporção de pobres, por região – 1999.....	23
Tabela 4 - Número de crianças, número de crianças trabalhando e porcentagem de crianças que	

trabalham, por grupos de idade, sexo, região e áreas urbana e rural - 2001.....	25
Tabela 5 - Número de crianças trabalhando, recebendo pagamento, porcentagem de crianças que recebem pagamento, no total de crianças trabalhando, por grupos de idade, sexo, região e áreas urbana e rural - 2001.....	27
Tabela 6 - Número e porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificados pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - 2001.....	28
Tabela 7 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos contribuem para certa porcentagem da renda familiar - 2001.....	29
Tabela 8 - Número e porcentagem de crianças trabalhando, estratificados pelo número de horas de trabalho semanais, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - 2001.....	30
Tabela 9 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - 2001.....	32
Tabela 10 - Número e percentual de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a posição na ocupação do ramo agrícola, por região - 2001.....	33
Tabela 11 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos, em diferentes categorias, por sexo, região e áreas urbana e rural - 2001.....	35
Tabela 12 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, por região e áreas urbana e rural - 2001.....	37
Tabela 13 - Número e porcentagem de crianças na escola, de acordo com a idade, se trabalham ou não, por região e áreas urbana e rural - 2001.....	40
Tabela 14 - Porcentagem de crianças analfabetas que trabalham ou não trabalham, de acordo com a idade, sexo e áreas urbana e rural - 2001.....	41
Tabela 15 - Porcentagem de crianças analfabetas que trabalham ou não trabalham, de acordo com a idade, sexo e áreas urbana e rural, por região - 2001.....	42
Tabela 16 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola, se trabalham ou não trabalham, por região e áreas urbana e rural - 2001.....	43
Tabela 17 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que deixaram de comparecer à escola, pelo menos 1 dia, no período de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001, por região e áreas urbana e rural - 2001.....	44
Tabela 18 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que trabalham ou não trabalham, de acordo com faixas do número de dias que deixaram de comparecer à escola, no período de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001, por região e áreas urbana e rural - 2001.....	45
Tabela 19 - Número médio de anos de estudo de crianças que trabalham ou não trabalham, de acordo com a idade, sexo e áreas urbana e rural - 2001.....	46
Tabela 20 - Número médio de anos de estudo de crianças que trabalham ou não trabalham, de acordo com a idade e por região - 2001.....	47

Tabela 21 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que trabalham ou não em famílias com renda de até 0,5 salário mínimo mensal per capita que recebem programa social voltado para a educação - 2001.....	49
Tabela 22 - Número e porcentagem de pessoas que responderam às questões da pesquisa - 2001.....	50
Tabela 23 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação no emprego, por região nas áreas urbana e rural - 2001.....	50
Tabela 24 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal pelo qual não estavam satisfeitas com o emprego, por região nas áreas urbana e rural - 2001.....	51
Tabela 25 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, por região nas áreas urbana e rural - 2001.....	52
Tabela 26 - Número e porcentagem de domicílios com crianças trabalhando ou não, com renda mensal de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - 2001.....	53
Tabela 27 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que trabalham ou não trabalham, de acordo com a presença dos pais na família - 2001.....	54
Tabela 28 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que trabalham ou não trabalham, de acordo com a presença dos pais na família, por região - 2001.....	55
Tabela 29 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por sexo e por situação do domicílio - 2001.....	56
Tabela 30 - Divisão dos ramos de atividades, de acordo com a PNAD - IBGE - 2001.....	57
Tabela 31 - Número e porcentagem de trabalhadores de 16 anos ou mais, por região e no Brasil - 2001.....	59
Tabela 32 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o ramo de atividade, por sexo, áreas urbana e rural - 2001.....	60
Tabela 33 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o ramo de atividade, por grupos de idade e sexo - 2001.....	61
Tabela 34 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o ramo de atividade, por cor ou raça - 2001.....	62
Tabela 35 - Porcentagem de crianças analfabetas, de acordo com a idade, por ramo de atividade, no Brasi - 2001.....	63
Tabela 36 - Número médio de anos de estudo, de acordo com a idade, por ramo de atividade, no Brasil - 2001.....	63
Tabela 37 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos que só trabalham, que trabalham e estudam, por ramo de atividade - 2001.....	64
Tabela 38 - Número e porcentagem de pessoas que responderam ao questionário - 2001.....	65
Tabela 39 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam, com relação ao grau de satisfação, por ramo de atividade no Brasil - 2001.....	65
Tabela 40 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam, com relação aos motivos de insatisfação no trabalho por ramo de atividade - 2001.....	66

Tabela 41 - Número e frequência de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam por vontade própria ou trabalhavam a pedido dos pais - 2001.....	66
Tabela 42 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificados pelo número de horas de trabalho semanais e por ramo de atividade - 2001.....	67
Tabela 43 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificados pelo salário mínimo mensal, por ramo de atividade - 2001.....	68
Tabela 44 - Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificados por ramo de atividade - 2001.....	68
Tabela 45 - Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em ocupações perigosas no total de trabalhadores nessa faixa etária, por unidade da federação, região e Brasil urbano/rural - 2001.....	70
Tabela 46 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos, em ocupações perigosas por áreas urbana e rural e por região - 2001.....	71
Tabela 47 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos, que se machucaram ou não no trabalho, por ramo de atividade e região - 2001.....	75
Tabela 48 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos, que se machucaram ou não no trabalho por ocupação e região - 2001.....	76
Tabela 49 - Número e porcentagem de pessoas entre 5 e 15 anos, de acordo com o tipo de machucado, por ramo de atividade e região - 2001.....	79
Tabela 50 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos, de acordo com o tipo de machucado obtido no trabalho, por ocupação perigosa e região - 2001.....	81
Tabela 51 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que receberam ou não orientação para evitar acidentes de trabalho, por ramo de atividade e região - 2001.....	84
Tabela 52 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que utilizam ou não algum tipo de equipamento para evitar acidentes de trabalho, por ramo de atividade e região -	



Resumo executivo

Nesta pesquisa, analisa-se o perfil do trabalho infantil no Brasil, enfocando as diferenças regionais e entre ramos de atividade, além de dar destaque ao trabalho perigoso.

Em 2001, a OIT financiou parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, realizada pelo IBGE, para que fosse incluído um suplemento sobre trabalho infantil. Este estudo baseia-se nesse Suplemento Especial.

Inicialmente, apresenta-se a descrição do banco de dados no qual se baseia a pesquisa. A seguir são retratadas as diferenças de condição de vida entre regiões e a distribuição do trabalho infantil. A maior incidência de trabalho infantil ocorre nas regiões Nordeste e Sul. Em números absolutos, o maior número de crianças trabalhando, 1,5 milhão, está no Nordeste, seguido pela região Sudeste, com 710 mil crianças, de um total de três milhões de crianças trabalhando. O perfil do trabalho infantil é apresentado em relação a seu rendimento (apenas 35% das crianças são remuneradas), horas trabalhadas e posição na ocupação, além da satisfação das crianças com o trabalho. Investiga-se também a situação escolar das crianças (o Nordeste apresenta a menor frequência escolar) e características familiares, como a educação da mãe, que é negativamente correlacionada com o trabalho infantil. Por fim, são apresentados alguns programas de transferência de renda.

Na parte intitulada Trabalho Infantil por Ramos de Atividade, apresentam-se as características das crianças e do trabalho desempenhado por elas. Os ramos de atividade considerados são: agrícola, indústria, construção civil, comércio, serviços, social, entre outros. A grande maioria das crianças na área rural trabalha no ramo agrícola, enquanto as crianças urbanas dividem-se entre trabalhos no comércio e serviços. Em relação à escolaridade, o número médio de anos de estudo é mais baixo no setor agrícola, havendo diferença de três anos de estudo entre as crianças, no ramo agrícola e no ramo social. A construção civil destaca-se por apresentar a maior proporção de crianças que não estudam, o equivalente a 26,3%.

Finalmente, na análise sobre as Ocupações Perigosas, descreve-se a distribuição dessas ocupações entre regiões e ramos de atividade, além de investigar a ocorrência de acidentes de trabalho. Em torno de 44% das crianças nas áreas urbanas, e 31%, nas áreas rurais, estão envolvidas em ocupações consideradas perigosas. As regiões Centro-Oeste e Norte apresentam os percentuais mais altos entre regiões. As ocupações perigosas que mais concentram trabalho infantil são o emprego doméstico, na área urbana, e a atividade agrícola, na área rural.

Introdução

O trabalho infantil, apesar de vir diminuindo nos últimos anos, ainda envolve parte importante da população de crianças no Brasil. Em 2001, 8,5% das crianças e jovens entre 5 e 15 anos de idade trabalhavam, perfazendo um total de pouco mais de 3 milhões de pessoas¹.

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001. Nesse ano, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) e de seu Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC), financiou parte da pesquisa, para que fosse incluído na PNAD um Suplemento Especial com informações sobre o trabalho infantil no Brasil. Com base nesse Suplemento, este relatório analisa o perfil do trabalho infantil, enfocando as diferenças regionais e entre ramos de atividade. Além disso, é dado destaque ao trabalho perigoso.

Apresentamos, inicialmente, o banco de dados utilizado. As seções seguintes analisam o trabalho infantil, por regiões e por ramos de atividade. Por fim, a última seção dá destaque ao trabalho infantil que ocorre em ocupações consideradas perigosas.

¹ Alguns estudos consideram como trabalho infantil também as crianças que estão procurando emprego, pois há a intenção de trabalho, que pode ocorrer com uma melhor condição de oferta no mercado de trabalho. Esses estudos consideram, portanto, as crianças economicamente ativas, e não só as ocupadas, apresentando maior número absoluto de crianças se comparado a esse relatório.



Banco de dados

Os dados fornecidos pelo Suplemento de Trabalho Infantil da PNAD de 2001 são a base de análise deste relatório.

A PNAD foi implantada, progressivamente, a partir de 1967. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios, que investiga diversas características sócio-econômicas, como: educação, trabalho, rendimento e habitação. Esporadicamente, outras características sócio-econômicas são investigadas. A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

As características gerais de migração e de educação são pesquisadas para todas as pessoas, enquanto as características de trabalho e rendimento são investigadas para as pessoas de 5 anos ou mais de idade. A pesquisa, hoje realizada com periodicidade anual, foi interrompida para a realização dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000, e também não foi realizada no ano de 1994. Em 2001, foi incluído um Suplemento Especial com informações sobre o trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, no qual se baseia este relatório.

A abrangência geográfica da PNAD ampliou-se gradativamente e apresenta a mesma estrutura, desde 1981, excluindo somente a área rural da região Norte, com exceção do estado do Tocantins. A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente, por ocasião dos censos demográficos. Portanto, a definição estabelecida, por ocasião do Censo Demográfico de 2000 foi utilizada na PNAD de 2001.

Na PNAD de 2001, foram pesquisadas 378.837 pessoas, a data de referência foi o dia 29 de setembro. A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares.

No primeiro estágio, as unidades primárias (municípios) foram classificadas em duas categorias: auto-representativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não auto-representativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico de 2000.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades

domiciliares existentes, por ocasião do Censo Demográfico de 2000, como medida de tamanho. No último estágio, foram selecionados, com equi-probabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos, para investigação das

A expansão da amostra baseia-se em estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana). Essas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os censos demográficos de 1991 e 2000, sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O desenho amostral estabelecido na pesquisa permite a expansão dos resultados para todo o país, assim como para suas regiões, estados e áreas metropolitanas. Os resultados a seguir baseiam-se nessa expansão de amostra.

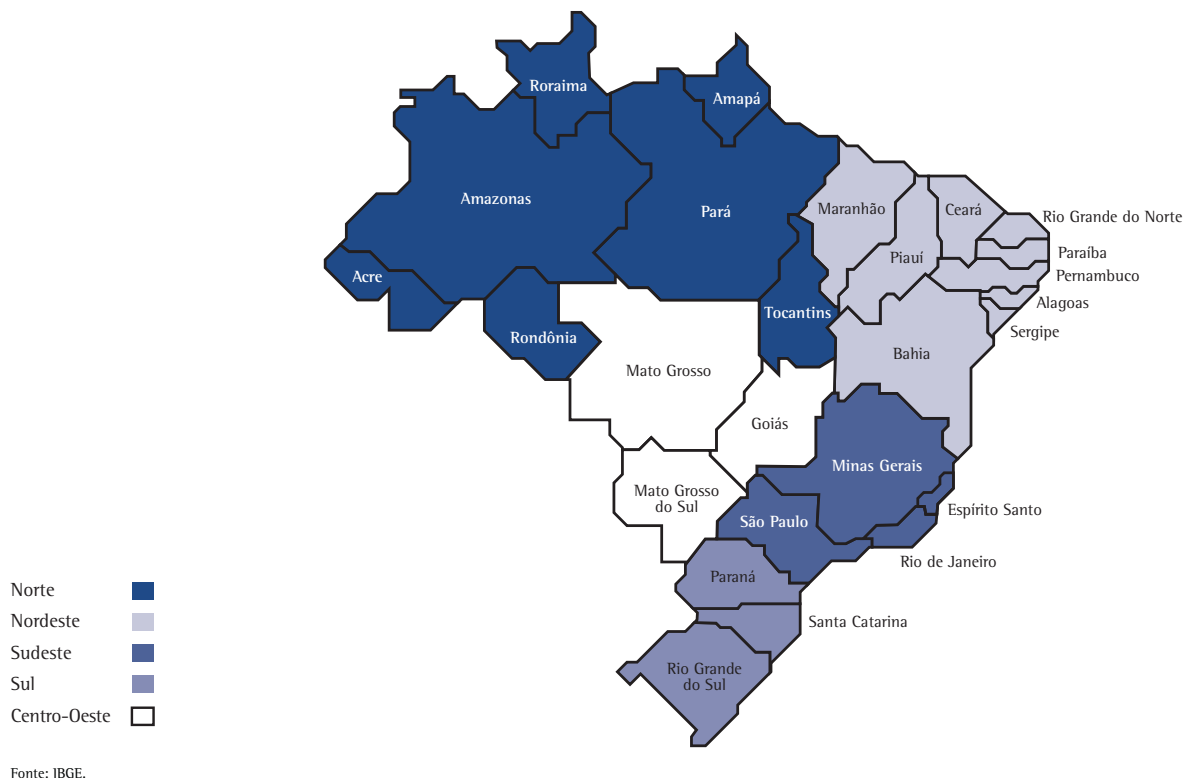
Este relatório dará ênfase às crianças de 5 a 15 anos, pois o trabalho é permitido a partir dos 16 anos (exceto na condição de aprendiz, que é permitido a partir dos 14 anos); para a apresentação relacionada a ocupações perigosas, a faixa etária será estendida até os 17 anos de idade, dado que a lei proíbe trabalhos perigosos até essa idade.



Trabalho infantil estratificado por regiões

O Brasil está organizado como um sistema federativo. Seus 26 Estados estão agrupados em 5 grandes regiões: Norte (N), Nordeste (NE), Centro-Oeste (CO), Sudeste (SE) e Sul (S), como vemos no mapa a seguir. Essa divisão não é apenas política, mas reflete diferenças, tanto sociais, quanto econômicas. Os 169,8 milhões de habitantes do país² estão concentrados em duas regiões, SE e NE, que abarcam, respectivamente, 42,6% e 28,1% da população. Essas regiões englobam também a região mais rica e a mais pobre do país. A região Sul compreende 14,8%, a Centro-Oeste, 6,9%, e a região Norte, que abarca a Floresta Amazônica, 7,6% da população.

Mapa 1 - Divisão político-administrativa do Brasil (estados e regiões)



² Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000.

O país apresenta uma das piores desigualdades de renda do mundo³, e essa desigualdade está também refletida nas diferenças regionais. Pode-se dizer que a atual situação de desigualdade entre regiões reflete a evolução econômica do país, desde sua época colonial.

A atividade produtiva do Brasil colônia destinava-se basicamente à exportação para o mercado europeu e pode ser caracterizada pela ascensão e decadência de ciclos econômicos, que ocorreram em diferentes momentos de tempo e em diferentes áreas geográficas. Essas áreas, devido à economia de exploração, eram organizadas na forma de grandes latifúndios produtores de monoculturas com trabalho escravo e foram usadas de forma predatória, em muitos casos, levando ao empobrecimento do solo e ao desaparecimento das matas, o que também contribuía para o deslocamento da atividade econômica para outras frentes. O ciclo da cana-de-açúcar, dos séculos XVI e XVII, por exemplo, favoreceu a região NE, enquanto o ciclo de exportação do ouro, dos séculos XVII e XVIII, deslocou o dinamismo econômico para a região SE, principalmente para o estado de Minas Gerais. A agricultura de subsistência, com exceção da região S a partir do século XVIII, sempre ficou em segundo plano, tendo como função básica a manutenção da atividade exportadora.

A partir do final do século XIX, porém, começou a mudar o padrão de desenvolvimento do país. O ciclo do café trouxe a concentração das atividades produtivas para a região SE, principalmente para o interior do estado de São Paulo. O boom do ciclo do café e o então trabalho livre imigrante, impulsionaram o início da industrialização do país, que ocorreu nessa mesma região. Seja em função de estrangulamentos externos, na primeira metade do século XX, seja como política de desenvolvimento do país, a industrialização subsequente foi baseada na substituição de importações e continuou a favorecer a região SE.

Argumenta-se que a política de substituição de importações levou ao aumento das desigualdades regionais, especialmente entre o NE e o centro-sul do país. Como vimos, a substituição de importações deu-se principalmente na região centro-sul, mantendo essa região como centro dinâmico após o ciclo do café, enquanto a região NE continuou com sua economia de exportação de bens primários tradicionais e, em decorrência das políticas protecionistas, passou a ter que adquirir produtos manufaturados do próprio país, a preços relativamente mais caros que os do exterior.

Antes da 2ª Guerra Mundial, não se pode falar de uma política regional no Brasil. Programas regionais eram implementados apenas em situações de desastres naturais, em geral, em função da seca no NE. Na segunda metade do século, porém, começam a surgir programas regionais e órgãos governamentais, como a SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste -, em 1959, com o objetivo de cuidar especificamente dos problemas do Nordeste, mas pouco foi mudado na estrutura agrária da região ou em sua incipiente indústria.

Nas últimas décadas do século XX, consolidou-se no Brasil uma economia predominantemente urbana e industrial. A estrutura da atividade agrícola modificou-se com a expansão e modernização

³ Para uma análise da distribuição de renda no Brasil, ver Hoffmann (2001).

dos complexos agroindustriais, principalmente nas regiões SE e S, e com a expansão das fronteiras agrícolas, nas regiões CO e N, o que já não era mais possível na região S. Esse processo de urbanização da atividade econômica foi acompanhado por uma desconcentração produtiva e maior articulação entre as regiões. Esse movimento foi resultado de diversos fatores, entre eles, o aumento dos custos de concentração, principalmente no Estado de São Paulo, o avanço da infra-estrutura para outras regiões, as políticas públicas e incentivos fiscais regionais, principalmente para as regiões NE e N, e a ampliação das fronteiras agrícola e mineral. A região SE, no entanto, continuou abarcando os segmentos mais estratégicos da indústria de bens intermediários, bens de capital e de consumo duráveis, enquanto as outras regiões apresentam estruturas de produção complementares a esta. Essa articulação produtiva, porém, está longe de resolver as graves disparidades regionais.

O diferente desenvolvimento das regiões brasileiras está refletido tanto em suas condições de vida, como no produto gerado. Em relação às condições de vida, houve uma melhora geral em todas as regiões, em termos absolutos, nas últimas décadas, porém essa melhora foi mais pronunciada nas regiões mais desenvolvidas, aumentando com o tempo a diferença relativa entre regiões. A Tabela 1 apresenta alguns indicadores para o ano de 2000. Pode-se ver a grande disparidade entre as regiões NE e N e as outras regiões, em termos de mortalidade infantil e saneamento básico. A região S apresenta mortalidade até 1 ano de idade de 18,03 (em cada 1000 crianças nascidas vivas), enquanto no NE esse número mais do que dobra, chegando a 47,79. Nas regiões S e SE, mais de 90% da população possui água encanada em seus domicílios, enquanto nas regiões N e NE essa porcentagem não passa de 60%. A Tabela 1 apresenta também a média dos índices de desenvolvimento humano municipais (IDHM), para as regiões, que sumariza medidas de renda, educação e longevidade. As regiões NE e N apresentam também o pior desempenho entre regiões, quando analisamos o IDHM.

Tabela 1 - Condições de vida entre regiões - 2000

Região	Mortalidade até 1 ano de idade	% de pessoas em domicílios com água encanada	Índice de desenvolvimento humano municipal
N	34,47	53,92	0,73
NE	47,79	59,52	0,68
SE	23,90	93,52	0,79
S	18,03	95,35	0,81
CO	24,55	86,81	0,79

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2000), IBGE.

A Tabela 2 apresenta o PIB per capita de cada região e a contribuição de cada região para o PIB total nacional, além do índice de Gini, que é uma medida de desigualdade de renda. No período de 1985 a 2000, cresce o PIB per capita de todas as regiões, com exceção da região NE, em que

este fica praticamente constante. A região NE apresenta o menor PIB per capita em todo o período, bem menor inclusive que o da região N, que, apesar dos baixos índices de condição de vida e menor participação no total do PIB do país, tem baixa densidade demográfica. A região SE apresenta o maior PIB per capita e a maior contribuição para o produto total, seguida da região S. Em termos de distribuição de renda, a disparidade entre regiões ainda piora, pois justamente as regiões mais pobres são as mais desiguais, como mostra o índice de Gini (quanto mais próximo de 1 o índice, mais desigual é a distribuição de renda).

Tabela 2 - PIB per capita (R\$ de 2000), contribuição para o PIB total de cada região e índice de Gini - 1985, 1990, 1995, 2000

Região	PIB per capita - R\$ de 2000				Contribuição PIB total (%)	Índice de Gini*
	1985	1990	1995	2000	2000	2000
N	3.800	4.381	4.450	4.461	4,60	0,65
NE	2.678	2.761	2.658	2.681	13,09	0,67
SE	7.711	7.760	8.232	8.524	57,79	0,61
S	6.085	6.506	6.636	6.944	17,57	0,58
CO	3.964	4.538	4.263	4.402	6,95	0,63

Fonte: IPEADATA (2004), IPEA; * Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), IBGE.

Rocha (2003) analisa as características de pessoas pobres a partir da PNAD de 1999. Sua definição de pobreza refere-se a famílias com renda insuficiente para atingir um mínimo de necessidades básicas, que inclui tanto uma cesta alimentar quanto outras necessidades não-alimentares. A proporção de pobres em 1999 é de 34,9%, e afeta principalmente as crianças (enquanto 48,9% das crianças de 8 a 9 anos são pobres, apenas 15,9% das pessoas de 60 ou mais anos o são). A autora mostra que 15,9% das crianças pobres trabalham enquanto apenas 11,1% das não-pobres o fazem. Estes resultados indicam a existência de relação entre trabalho infantil e pobreza: a pobreza incide mais sobre famílias com crianças, e estas crianças apresentam maior probabilidade de trabalho e menor frequência escolar.

A Tabela 3 mostra o número de pobres e a proporção de pobres (número de pessoas consideradas pobres em relação ao número de pessoas na população) nas regiões brasileiras, calculados por Rocha (2003), além de mostrar a proporção de pobres dentro das áreas metropolitana, urbana e rural. O NE apresenta a maior proporção de pobres, enquanto a região S apresenta a menor proporção de pobres. Entre áreas rurais e urbanas, são as primeiras que possuem maior proporção de pobres, porém, em alguns casos, as áreas metropolitanas chegam a apresentar maior proporção de pobres do que as áreas rurais, como no SE, CO e NE. São 54 milhões de pobres no ano de 1999, que estão concentrados nas regiões NE e SE.

Tabela 3 - Número e proporção de pobres por região - 1999

Região	Área	Número (mil)	Proporção de pobres (%)
N	Total	3.066	39,65
	Metropolitano		37,50
	Urbano		39,95
	Rural		-
NE	Total	22.880	50,90
	Metropolitano		52,86
	Urbano		49,44
	Rural		51,77
SE	Total	19.600	28,85
	Metropolitano		35,26
	Urbano		22,67
	Rural		27,97
S	Total	4.749	19,71
	Metropolitano		21,24
	Urbano		18,03
	Rural		22,54
CO	Total	4.145	37,43
	Metropolitano		39,39
	Urbano		37,54
	Rural		34,92
Brasil	Total	54.440	34,95
	Metropolitano		36,88
	Urbano		31,78
	Rural		40,25

Fonte: Rocha (2003).

A pobreza e outras características familiares, como educação dos pais e número de irmãos, certamente, encontram-se entre os determinantes do trabalho infantil. Não se deve, porém, esquecer que o trabalho infantil depende também da dinâmica do mercado de trabalho. Neri e Costa (2001), avaliando o efeito de variáveis micro e macroeconômicas sobre escolaridade e trabalho infantil, mostram a importância das condições de oferta de trabalho sobre o trabalho infantil. O trabalho infantil tem maior probabilidade de ocorrer em regiões ricas e, portanto, com melhores oportunidades de trabalho, melhores salários e em períodos de boom econômico, quando também aumenta a oportunidade e retorno do emprego.

1. Distribuição do trabalho infantil, por grupos de idade, sexo e áreas urbana e rural

A Tabela 4 mostra a distribuição do trabalho infantil, considerando-se crianças de 5 a 15 anos, entre as regiões brasileiras e entre as áreas rurais e urbanas. A definição de trabalho inclui as crianças que: informaram estar trabalhando na semana de referência da pesquisa, de 23 a 29 de setembro de 2001; tinham trabalho remunerado, mas estavam temporariamente afastadas, por motivo de férias, greve, doença etc.; exerceram na semana de referência tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinados à alimentação das pessoas moradoras do domicílio; ou exerceram tarefas em construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção destinadas ao uso das pessoas moradoras do domicílio. Não está incluído, portanto, o trabalho doméstico no próprio domicílio. É importante lembrar que, dado o fato de a pesquisa não incluir a quase totalidade da área rural da região N, ela subestima a incidência de trabalho infantil nessa região.

É grande a diferença de incidência do trabalho infantil entre as regiões brasileiras. A incidência de trabalho infantil é maior nas regiões NE e S, com 13% e 10%, respectivamente, das crianças trabalhando. Apesar de a região S estar entre as regiões mais ricas do país e apresentar a menor incidência de pobreza (como vimos na seção 1), a agricultura familiar é importante nessa região, o que em parte explica que as regiões rurais do NE, região mais pobre, e do S apresentem praticamente a mesma incidência de trabalho infantil. A região SE apresenta a menor incidência de trabalho infantil, igual a 5%, como também a menor incidência de pobreza, após a região S. Em números absolutos, o NE também aparece com o maior número de crianças trabalhando, 1,5 milhão, seguido pela região SE, com 710 mil crianças.



Tabela 4 - Número de crianças, número de crianças trabalhando e porcentagem de crianças que trabalham, por grupos de idade, sexo, região e áreas urbana e rural - 2001

Região	Área	Sexo	5 a 10			11 a 15		
			Total	Trabalha	%	Total	Trabalha	%
Norte	Urbano	Menino	632.929	14.018	2,21	509.359	76.317	14,98
		Menina	609.532	5.062	0,83	536.671	42.983	8,01
	Rural	Menino	24.244	3.583	14,78	24.666	12.225	49,56
		Menina	25.085	842	3,36	14.128	1.477	10,45
Nordeste	Urbano	Menino	2.096.991	48.067	2,29	1.827.782	311.126	17,02
		Menina	2.082.751	19.989	0,96	1.908.521	183.898	9,64
	Rural	Menino	1.082.883	168.923	15,60	958.264	519.835	54,25
		Menina	1.010.600	62.645	6,20	874.269	218.445	24,99
Sudeste	Urbano	Menino	3.469.577	20.635	0,59	3.051.094	285.135	9,35
		Menina	3.353.215	10.932	0,33	3.010.175	161.195	5,36
	Rural	Menino	409.100	29.114	7,12	346.183	139.026	40,16
		Menina	370.965	6.145	1,66	321.099	58.426	18,20
Centro-Oeste	Urbano	Menino	614.547	5.098	0,83	519.917	79.120	15,22
		Menina	603.260	3.569	0,59	519.503	36.474	7,02
	Rural	Menino	90.087	5.962	6,62	88.162	41.154	46,68
		Menina	103.802	3.666	3,53	72.962	11.539	15,82
Sul	Urbano	Menino	1.108.084	14.963	1,35	984.965	121.293	12,31
		Menina	1.109.484	7.014	0,63	922.628	73.515	7,97
	Rural	Menino	285.775	44.428	15,55	244.796	135.934	55,53
		Menina	262.330	21.271	8,11	232.960	89.206	38,29

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

Em números absolutos, o trabalho infantil está igualmente distribuído entre as áreas urbanas e rurais, com pouco mais de 1,5 milhões de crianças e jovens trabalhando em cada uma, porém a incidência de trabalho infantil é bem maior na área rural, onde atinge 23% da população nessa faixa etária, contra 5%, nas áreas urbanas. Apesar da menor incidência, o trabalho infantil nas áreas urbanas não é menos preocupante. Relatório do Banco Mundial (2001) comenta, por exemplo, que crianças de rua, nas áreas urbanas, estão muito mais vulneráveis a riscos, como drogas e violência. Além disso, a ligação dessas crianças com a família é, em geral, mais fraca.

A Tabela 4 também permite observar como a distribuição do trabalho infantil se dá entre faixas etárias e entre meninos e meninas. A incidência de trabalho infantil cresce com a idade, como confirmam os percentuais apresentados na mesma tabela. Considerando o Brasil como um todo, 3% das crianças de 5 a 10 anos de idade estão trabalhando, enquanto 15% dos jovens de 11 a 15 anos o fazem. Considerando-se apenas a área rural, 9% das crianças de 5 a 10 anos e 39% dos jovens trabalham. Os meninos trabalham mais do que as meninas, 11% deles, contra 6% das meninas.

Considerando os grupos apresentados na Tabela 4, a maior incidência de trabalho infantil ocorre na faixa etária dos 11 aos 15 anos, na área rural, entre meninos, 51% das crianças e jovens trabalham, sendo a maior incidência de trabalho nesse grupo, nas regiões NE e S. A região S apresenta também a maior incidência de trabalho para o grupo de meninas mais velhas na área rural, 38% das jovens trabalham.

2. Rendimento do trabalho infantil

Fato relevante em relação ao trabalho infantil refere-se ao não recebimento de salário por boa parte das crianças. Além de o trabalho não ser permitido por lei até os 15 anos de idade, exceto para aqueles contratados como aprendizes a partir dos 14 anos de idade, o que facilita o não pagamento, muitas crianças ajudam no trabalho de suas famílias, não sendo remuneradas por isso. A Tabela 5 mostra a porcentagem de crianças que recebem salário por seu trabalho: apenas 35% delas. A incidência de pagamento gira em torno de 50%, nas regiões SE, CO e N, o que está relacionado ao fato de, nessas regiões, o número de crianças trabalhando nas áreas urbanas ser maior. A proporção de recebimento nas áreas urbanas é de 58%, contra 13%, na área rural. Na faixa etária mais velha, 40% recebem por seu trabalho, contra 9% das crianças de 5 a 10 anos, mas esse percentual mais alto deve-se basicamente às crianças na área urbana, pois, com exceção da região SE, ele não chega a 15% dos jovens na área rural que recebem pagamento. Na região SE, mais de 30% dos jovens recebem pagamento, na área rural, mais do dobro das outras regiões, mas esse percentual equivale à metade apenas do percentual de recebimento na área urbana da própria região. É interessante notar que são as meninas que mais recebem pagamento, principalmente, as mais velhas e na área urbana.



Tabela 5 - Número de crianças trabalhando, recebendo pagamento e porcentagem de crianças que recebem pagamento, no total de crianças trabalhando por grupos de idade, sexo, região e áreas urbana e rural - 2001

Região	Área	Sexo	5 a 10			11 a 15		
			Trabalha	Recebe rendimento	%	Trabalha	Recebe rendimento	%
Norte	Urbano	Menino	14.018	5.938	42,36	76.317	43.079	56,45
		Menina	5.062	1.638	32,36	42.983	28.713	66,80
	Rural	Menino	-	-	-	12.225	422	3,45
		Menina	842	210	24,94	1.477	422	28,57
Nordeste	Urbano	Menino	48.067	10.085	20,98	311.126	168.356	54,11
		Menina	19.989	3.914	19,58	183.898	112.200	61,01
	Rural	Menino	168.923	6.179	3,66	519.835	67.272	12,94
		Menina	62.645	1.672	2,67	218.445	32.477	14,87
Sudeste	Urbano	Menino	20.635	6.543	31,71	285.135	188.484	66,10
		Menina	10.932	3.122	28,56	161.195	116.037	71,99
	Rural	Menino	-	-	-	139.026	43.125	31,02
		Menina	-	-	-	58.426	21.581	36,94
Centro-Oeste	Urbano	Menino	5.098	1.160	22,75	79.120	51.409	64,98
		Menina	3.569	984	27,57	36.474	28.440	77,97
	Rural	Menino	-	-	-	41.154	5.637	13,70
		Menina	3.666	344	9,38	11.539	2.491	21,59
Sul	Urbano	Menino	14.963	2.011	13,44	121.293	71.409	58,87
		Menina	7.014	1.553	22,14	73.515	43.344	58,96
	Rural	Menino	44.428	570	1,28	135.934	16.249	11,95
		Menina	21.271	364	1,71	89.206	10.342	11,59

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 6 mostra que a renda das crianças, quando existe, é baixa, porém, pode não ser baixa em relação à renda de sua família, como vemos na Tabela 7. Praticamente, todas as crianças de 5 a 10 anos que recebem salário têm rendimento na faixa de 0 a 0,5 salário mínimo. A situação melhora um pouco para os mais velhos nas áreas urbanas, mas, mesmo quando recebem mais de 0,5 salário mínimo, a maioria não ultrapassa 1 salário mínimo. As regiões N e NE apresentam os piores salários. Segundo estudo da Unesco (1998), os extremos regionais de salário estão no NE, com rendimento médio de 0,15 salário mínimo e no SE, com rendimento médio de 1,25 salário mínimo. Considerando as famílias com crianças que recebem pagamento, em 32% destas famílias, a renda do trabalho infantil contribui com até 10% da renda familiar, enquanto em 22% delas o trabalho infantil contribui com mais de 30% da renda familiar, como pode ser visto na Tabela 7.

Tabela 6 – Número e porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo ou não pagamentos, estratificados pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - 2001

Região	Salário mínimo mensal*	Crianças de 5-10								Crianças de 11-15							
		Meninos				Meninas				Meninos				Meninas			
		Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%
Centro-Oeste	0,0 - 0,5	4.901	96,14	5.962	100,00	2.904	81,37	3.666	100,00	61.359	77,87	38.177	92,77	27.048	74,16	11.539	100,00
	0,5 - 1,0	197	3,86	-	-	344	9,64	-	-	11.996	15,22	1.967	4,78	7.854	21,53	-	-
	1,0 - 2,0	-	-	-	-	321	8,99	-	-	5.444	6,91	1.010	2,45	1.572	4,31	-	-
	2,0 - mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	0,0 - 0,5	47.338	99,56	168.920	100,00	19.017	95,14	62.434	99,66	273.110	88,40	504.100	97,15	169.080	92,39	214.580	98,45
	0,5 - 1,0	210	0,44	-	-	761	3,81	211	0,34	31.928	10,33	12.576	2,42	13.007	7,11	3.383	1,55
	1,0 - 2,0	-	-	-	-	211	1,06	-	-	3.688	1,19	1.439	0,28	701	0,38	-	-
	2,0 - mais	-	-	-	-	-	-	-	-	210	0,07	761	0,15	211	0,12	-	-
Norte	0,0 - 0,5	13.464	96,05	3.583	100,00	5.062	100,00	842	100,00	58.285	76,53	12.225	100,00	37.290	86,76	1.477	100,00
	0,5 - 1,0	349	2,49	-	-	-	-	-	-	14.643	19,23	-	-	5.537	12,88	-	-
	1,0 - 2,0	205	1,46	-	-	-	-	-	-	2.944	3,87	-	-	156	0,36	-	-
	2,0 - mais	-	-	-	-	-	-	-	-	290	0,38	-	-	-	-	-	-
Sul	0,0 - 0,5	14.756	98,62	44.428	100,00	6.444	91,87	20.907	98,29	87.395	72,18	127.770	93,99	50.010	68,37	85.212	96,14
	0,5 - 1,0	207	1,38	-	-	570	8,13	364	1,71	22.596	18,66	5.717	4,21	17.252	23,58	1.711	1,93
	1,0 - 2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	10.161	8,39	2.447	1,80	4.954	6,77	1.348	1,52
	2,0 - mais	-	-	-	-	-	-	-	-	934	0,77	-	-	935	1,28	365	0,41
Sudeste	0,0 - 0,5	19.362	95,76	29.114	100,00	10.932	100,00	6.145	100,00	201.970	72,02	121.530	87,41	117.860	73,57	54.000	92,42
	0,5 - 1,0	857	4,24	-	-	-	-	-	-	58.390	20,82	14.967	10,77	29.177	18,21	3.583	6,13
	1,0 - 2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	17.586	6,27	2.530	1,82	12.317	7,69	843	1,44
	2,0 - mais	-	-	-	-	-	-	-	-	2.489	0,89	-	-	857	0,53	-	-

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.

O salário mínimo considerado foi de R\$ 200,00 por mês.

Fonte: PNAD 2001.



Tabela 7 – Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos contribuem para certa porcentagem da renda familiar* - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	Frequência/%
(0 - 10]	292.021
	(32,05%)
(10 - 20]	262.766
	(28,94%)
(20 - 30]	155.324
	(17,10%)
(30 - 40]	92.526
	(10,19%)
(40 - 100]	106.478
	(11,73%)

*Inclui somente crianças com rendimento positivo.
Fonte: PNAD 2001.

O número de horas trabalhadas está diretamente relacionado ao rendimento do trabalho infantil. A Tabela 8 apresenta as faixas de horas de trabalho semanais ordenadas por sexo, situação do domicílio e grupo etário. A grande maioria das crianças de 5 a 10 anos trabalha menos de 20 horas semanais. Em termos de horas médias trabalhadas, as crianças na área urbana trabalham mais horas em relação às crianças na área rural, com exceção dos meninos de 5 a 10 anos. Em relação às crianças na faixa etária de 11 a 15 anos, cerca de metade delas trabalha mais de 20 horas semanais. São as crianças, na área urbana, que mais horas concentram, com cerca de 20% delas trabalhando, pelo menos, 40 horas semanais. Os meninos da região CO urbana são os que mais trabalham, chegando a uma carga acima de 40 horas semanais: 27% deles. A maior incidência entre meninos de carga de trabalho acima de 40 horas na área rural ocorre na região SE, 16%.

Tabela 8 – Número e porcentagem de crianças trabalhando, estratificados pelo número de horas de trabalho semanais, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - 2001

Região	Hora por semana	Crianças de 5-10								Crianças de 11-15							
		Meninos				Meninas				Meninos				Meninas			
		Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%
Centro-Oeste	01 a 05	319	6,26	-	-	964	27,01	960	26,19	3.150	3,98	321	0,78	935	2,56	322	2,79
	05 a 10	1.625	31,88	1.283	21,52	982	27,51	344	9,38	8.315	10,51	2.567	6,24	4.240	11,62	638	5,53
	10 a 20	2.269	44,51	3.328	55,82	1.279	35,84	1.674	45,66	20.658	26,11	16.325	39,67	9.684	26,55	4.057	35,16
	20 a 40	541	10,61	1.351	22,66	-	-	344	9,38	25.711	32,50	16.948	41,18	10.997	30,15	4.872	42,22
	40 a 60	344	6,75	-	-	344	9,64	344	9,38	19.981	25,25	4.330	10,52	10.077	27,63	1.329	11,52
	60 a 100	-	-	-	-	-	-	-	-	1.305	1,65	663	1,61	541	1,48	321	2,78
	Média	15,66	-	15,79	-	14,81	-	16,08	-	29,06	-	25,68	-	29,79	-	25,71	-
Nordeste	01 a 05	3.928	8,17	6.480	3,84	4.814	24,08	6.566	10,48	10.413	3,35	9.316	1,79	8.157	4,44	9.058	4,15
	05 a 10	10.598	22,05	36.303	21,49	4.747	23,75	17.139	27,36	38.137	12,27	43.639	8,39	31.506	17,13	29.767	13,63
	10 a 20	22.613	47,04	94.168	55,75	7.707	38,56	30.565	48,79	100.166	32,22	241.922	46,54	49.757	27,06	115.427	52,84
	20 a 40	9.955	20,71	29.776	17,63	2.721	13,61	8.164	13,03	118.526	38,12	192.719	37,07	52.956	28,80	58.520	26,79
	40 a 60	973	2,02	1.980	1,17	-	-	211	0,34	40.497	13,03	31.238	6,01	35.234	19,16	4.205	1,92
	60 a 100	-	-	212	0,13	-	-	-	-	3.176	1,02	1.001	0,19	6.288	3,42	1.468	0,67
	Média	17,42	-	17,65	-	13,30	-	14,91	-	25,68	-	23,80	-	27,04	-	20,27	-
Norte	01 a 05	2.269	16,19	-	-	725	14,32	-	-	2.650	3,47	-	-	1.802	4,19	-	-
	05 a 10	5.253	37,47	1.266	35,33	1.033	20,41	211	25,06	4.558	5,97	843	6,90	1.959	4,56	-	-
	10 a 20	3.232	23,06	1.895	52,89	1.506	29,75	421	50,00	20.472	26,82	6.747	55,19	7.634	17,76	1.055	71,43
	20 a 40	2.759	19,68	422	11,78	1.642	32,44	210	24,94	34.474	45,17	4.003	32,74	18.646	43,38	422	28,57
	40 a 60	505	3,60	-	-	156	3,08	-	-	13.187	17,28	632	5,17	12.265	28,53	-	-
	60 a 100	-	-	-	-	-	-	-	-	976	1,28	-	-	677	1,58	-	-
	Média	14,64	-	15,70	-	18,60	-	16,74	-	28,41	-	22,33	-	32,59	-	20,29	-
Sul	01 a 05	3.922	26,21	3.649	8,21	1.337	19,06	2.083	9,79	12.757	10,52	6.316	4,65	7.464	10,15	6.690	7,50
	05 a 10	5.351	35,76	11.663	26,25	1.347	19,20	6.818	32,05	9.600	7,91	19.063	14,02	8.861	12,05	15.228	17,07
	10 a 20	2.342	15,65	19.354	43,56	3.347	47,72	10.278	48,32	33.874	27,93	39.545	29,09	21.132	28,75	27.869	31,24
	20 a 40	2.552	17,06	9.398	21,15	983	14,01	1.728	8,12	41.345	34,09	55.132	40,56	24.111	32,80	32.088	35,97
	40 a 60	796	5,32	364	0,82	-	-	364	1,71	21.998	18,14	13.585	9,99	10.787	14,67	6.967	7,81
	60 a 100	-	-	-	-	-	-	-	-	1.719	1,42	2.293	1,69	1.160	1,58	364	0,41
	Média	14,86	-	15,87	-	15,12	-	13,99	-	26,03	-	24,34	-	24,83	-	21,19	-
Sudeste	01 a 05	4.907	23,78	2.114	7,26	2.419	22,13	2.602	42,34	17.810	6,25	4.939	3,57	10.626	6,59	2.601	4,45
	05 a 10	4.770	23,12	9.690	33,28	3.206	29,33	980	15,95	29.156	10,23	14.259	10,30	17.467	10,84	8.814	15,09
	10 a 20	7.188	34,83	10.938	37,57	1.341	12,27	1.695	27,58	68.376	23,98	51.655	37,31	33.260	20,63	20.184	34,55
	20 a 40	3.770	18,27	6.372	21,89	3.966	36,28	868	14,13	111.746	39,19	45.585	32,92	65.634	40,72	20.376	34,87
	40 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	58.047	20,36	21.500	15,50	29.980	18,60	5.590	9,57
	60 a 100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	566	0,41	4.228	2,62	857	1,47
	Média	14,15	-	14,79	-	16,47	-	11,48	-	27,20	-	25,45	-	28,47	-	23,91	-

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do Estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

3. Posição na ocupação

A Tabela 9, estratificando o trabalho infantil pela posição na ocupação, confirma a alta incidência de trabalhadores não remunerados. Na área rural, a grande maioria que trabalha sem remuneração aparece em trabalhos não remunerados, que inclui ajuda a um membro da unidade domiciliar e outros trabalhos não remunerados, como aprendiz ou ajudante. Chama a atenção que grande parte

das meninas, nas áreas urbanas, trabalha como doméstica (principalmente nas regiões CO, NE e N), e os meninos dividem-se em trabalhos sem carteira assinada, remunerados ou não. Não é de se estranhar que a grande maioria trabalhe sem carteira, pois, na verdade, todos estão em uma faixa etária em que o trabalho é proibido por lei (exceto como aprendiz, a partir dos 14 anos). A região S apresenta a maior proporção de meninos trabalhando para o próprio consumo na área urbana, 14,78%, contra cerca de 5% das crianças nas outras regiões. Essa informação parece sugerir que parte da agricultura familiar, mais presente na região S, encontra-se na área urbana ou que as famílias ligadas à agricultura familiar moram em área urbana.

Estudo do UNICEF (1998), analisando a infância brasileira na década de 90, confirma que praticamente metade das crianças e dos adolescentes assumia ocupações não-qualificadas no ramo agrícola ou trabalhavam como empregados domésticos. O relatório comenta que as crianças que trabalham no serviço doméstico são as mais vulneráveis e exploradas, pois, além de receberem baixos salários ou não receberem remuneração, a duração e as condições de trabalho, em geral, não levam em conta direitos legais, e estas crianças e adolescentes ficam privados da escola, das brincadeiras e das atividades sociais. O mesmo estudo também comenta que quase metade dos empregos no setor formal encontra-se em São Paulo e 60% deles, na região SE. O NE não absorve nem 4% do total de empregos formais. Os setores que mais empregam com carteira assinada pessoas de 10 a 17 anos são a indústria de transformação (31,2%), o comércio (24,4%) e os serviços (21,8%). Os estabelecimentos empregadores de crianças e adolescentes são dos mais diversos portes, contrariando o senso comum de que só pequenos empreendimentos contratariam trabalho infantil.

A Tabela 10 mostra a abertura das ocupações apenas para as atividades agrícolas. Ela separa o trabalho não remunerado em ajuda a um membro do domicílio e outros trabalhos não remunerados; dessa forma, é possível confirmar se a criança está trabalhando junto à sua família, o que poderia indicar menor exploração do que se trabalhasse para terceiros sem remuneração. Em todas as regiões, as ocupações nas atividades agrícolas concentram-se em trabalhador membro da unidade domiciliar e trabalho para consumo próprio, confirmando o trabalho junto à família. Nas regiões NE e CO, mais de 70% dos trabalhadores do ramo agrícola são trabalhadores não remunerados, membros da unidade domiciliar. Esse percentual cai um pouco nas outras regiões, sendo compensado pelo maior percentual em produção para consumo próprio. É interessante observar que a concentração de trabalho agrícola entre membros não remunerados da unidade familiar e produção para consumo próprio valem para todas as regiões, independentemente de seu desenvolvimento. A alta incidência de trabalho infantil em atividade agropecuária na região S, região com a menor proporção de pobres do país, é justificada pelo trabalho não remunerado de membro da unidade familiar e trabalho na produção para consumo próprio; essa também é a explicação para crianças em atividade agropecuária na região NE, região com o maior número de pobres.

Tabela 9 – Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando de acordo com a posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - 2001

Região	Ocupação	Menino				Menina			
		Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%
Centro-Oeste	Empregado com carteira	840	1,0	322	0,68	664	1,66	-	-
	Outros empregados sem carteira	46.154	54,80	5.315	11,28	10.546	26,34	344	2,26
	Trabalhador doméstico com carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trabalhador doméstico sem carteira	344	0,41	-	-	16.933	42,29	2.491	16,38
	Trabalhador doméstico sem declaração de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
	Conta própria	5.552	6,59	-	-	1.602	4,00	-	-
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	3.614	4,29	3.026	6,42	2.141	5,35	-	-
	Trabalhador na construção para o próprio uso	1.036	1,23	321	0,68	-	-	2.631	17,30
	Não remunerado	26.678	31,68	38.132	80,93	8.157	20,37	9.739	64,05
Nordeste	Empregado com carteira	420	0,12	482	0,07	-	-	-	-
	Outros empregados sem carteira	119.915	33,38	58.545	8,50	31.187	15,30	15.063	5,36
	Trabalhador doméstico com carteira	-	-	-	-	212	0,10	-	-
	Trabalhador doméstico sem carteira	8.313	2,31	4.064	0,59	64.821	31,79	12.848	4,57
	Trabalhador doméstico sem declaração de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
	Conta própria	55.107	15,34	12.836	1,86	25.865	12,69	9.169	3,26
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	13.872	3,86	76.429	11,10	5.006	2,46	51.662	18,38
	Trabalhador na construção para o próprio uso	3.572	0,99	-	-	-	-	519	0,18
	Não remunerado	157.994	43,99	536.402	77,88	76.796	37,67	191.829	68,24
Norte	Empregado com carteira	831	0,92	-	-	-	-	-	-
	Outros empregados sem carteira	38.098	42,17	211	1,33	6.693	13,93	-	-
	Trabalhador doméstico com carteira	-	-	-	-	290	0,60	-	-
	Trabalhador doméstico sem carteira	1.054	1,17	211	1,33	23.529	48,97	211	9,10
	Trabalhador doméstico sem declaração de carteira	-	-	-	-	-	-	211	9,10
	Conta própria	10.178	11,27	-	-	2.263	4,71	210	9,06
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	2.958	3,27	4.634	29,31	1.857	3,87	211	9,10
	Trabalhador na construção para o próprio uso	386	0,43	-	-	211	0,44	-	-
	Não remunerado	36.830	40,77	10.752	68,02	13.202	27,48	1.476	63,65
Sul	Empregado com carteira	9.410	6,91	1.131	0,63	4.723	5,86	776	0,70
	Outros empregados sem carteira	56.649	41,58	13.422	7,44	19.069	23,68	5.374	4,86
	Trabalhador doméstico com carteira	-	-	-	-	589	0,73	-	-
	Trabalhador doméstico sem carteira	565	0,41	-	-	15.683	19,47	4.028	3,65
	Trabalhador doméstico sem declaração de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
	Conta própria	7.003	5,14	2.266	1,26	7.121	8,84	1.663	1,51
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	20.139	14,78	32.193	17,85	6.504	8,08	14.010	12,68
	Trabalhador na construção para o próprio uso	728	0,53	-	-	-	-	-	-
	Não remunerado	41.762	30,65	131.350	72,83	26.840	33,33	84.626	76,60
Sudeste	Empregado com carteira	6.754	2,21	-	-	3.594	2,09	-	-
	Outros empregados sem carteira	157.958	51,66	41.011	24,39	51.453	29,89	10.363	16,05
	Trabalhador doméstico com carteira	-	-	-	-	844	0,49	-	-
	Trabalhador doméstico sem carteira	3.192	1,04	982	0,58	51.815	30,10	9.635	14,92
	Trabalhador doméstico sem declaração de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
	Conta própria	32.805	10,73	982	0,58	15.016	8,72	1.583	2,45
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	16.580	5,42	32.367	19,25	2.005	1,16	12.845	19,89
	Trabalhador na construção para o próprio uso	3.674	1,20	843	0,50	1.132	0,66	-	-
	Não remunerado	84.807	27,74	91.805	54,60	46.268	26,88	30.145	46,69

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região Norte, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

Tabela 10 – Número e percentual de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a posição na ocupação do ramo agrícola, por região - 2001

Região	Ocupação	Freq.	%
CO	Empregado permanente na agricultura, silvicultura, ou criação de bovinos, bufalinos, caprinos, ovinos ou suínos	5.296	7,59
	Empregado permanente em outra atividade	343	0,49
	Empregado temporário	1.995	2,86
	Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	50.727	72,70
	Outro trabalhador não remunerado	-	-
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	11.412	16,36
NE	Empregado permanente na agricultura, silvicultura, ou criação de bovinos, bufalinos, caprinos, ovinos ou suínos	17.517	1,75
	Empregado permanente em outra atividade	1.232	0,12
	Empregado temporário	62.514	6,24
	Conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bufalinos, caprinos, ovinos ou suínos	7.205	0,72
	Conta própria em outra atividade	6.928	0,69
	Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	745.130	74,42
	Outro trabalhador não remunerado	13.768	1,38
Trabalhador na produção para o próprio consumo	146.969	14,68	
N	Empregado permanente na agricultura, silvicultura, ou criação de bovinos, bufalinos, caprinos, ovinos ou suínos	1.159	2,94
	Empregado permanente em outra atividade	386	0,98
	Empregado temporário	2.945	7,47
	Conta própria em outra atividade	897	2,28
	Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	23.339	59,24
	Outro trabalhador não remunerado	1.013	2,57
Trabalhador na produção para o próprio consumo	9.660	24,52	
S	Empregado permanente na agricultura, silvicultura, ou criação de bovinos, bufalinos, caprinos, ovinos ou suínos	6.747	2,16
	Empregado permanente em outra atividade	588	0,19
	Empregado temporário	13.220	4,23
	Conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bufalinos, caprinos, ovinos ou suínos	2.228	0,71
	Conta própria em outra atividade	570	0,18
	Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	215.066	68,84
	Outro trabalhador não remunerado	1.138	0,36
Trabalhador na produção para o próprio consumo	72.846	23,32	
SE	Empregado permanente na agricultura, silvicultura, ou criação de bovinos, bufalinos, caprinos, ovinos ou suínos	15.425	6,35
	Empregado permanente em outra atividade	2.669	1,10
	Empregado temporário	28.218	11,61
	Conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bufalinos, caprinos, ovinos ou suínos	566	0,23
	Conta própria em outra atividade	1.396	0,57
	Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	130.493	53,71
	Outro trabalhador não remunerado	416	0,17
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	63.797	26,26

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

4. Educação

Uma das grandes preocupações relativas ao trabalho infantil refere-se à sua interferência na frequência e dedicação à escola, pois a educação é um dos fatores mais importantes relacionados às oportunidades futuras da criança. Primeiramente, é interessante notar que, das crianças (de 7 a 15 anos de idade) que trabalham, 89% freqüentam escola, enquanto 97% das crianças que não trabalham estão na escola. Rocha (2003) mostra que, em relação à freqüência escolar, um percentual bem maior de crianças pobres (de 7 a 14 anos de idade) não freqüenta a escola, 6,0%, em relação às crianças não-pobres, 3,3%. A Tabela 11 traz uma abertura mais detalhada sobre as atividades das crianças, separando-as em 5 categorias: só estuda; só trabalha; trabalha e estuda; só se dedica a afazeres domésticos; e “não faz nada”. A grande maioria das crianças só estuda, 86% no total, 9% delas trabalham e estudam, 1% só trabalha e 4% dividem-se entre afazeres domésticos e nenhuma atividade. Como a população concentra-se nas áreas urbanas, esses números basicamente refletem a distribuição de atividades na área urbana. Já na área rural, apenas 68% das crianças só estudam e 25% trabalham e estudam. Em ambas as áreas, as meninas apresentam maior proporção do que os meninos na categoria “só estuda”, e menor na categoria “estuda e trabalha”. É interessante observar a alta incidência de crianças que não fazem nada. Nesse caso, seria importante identificar o que exatamente essas crianças estão fazendo. A região NE apresenta a menor proporção de crianças apenas estudando, 80%, mas a freqüência escolar é muito próxima à freqüência das outras regiões, dada a maior proporção de crianças trabalhando e estudando no NE, 14%.



Tabela 11 – Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos, em diferentes categorias, por sexo, região e áreas urbana e rural - 2001

Região	Categorias	Meninos				Meninas			
		Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%
Centro-Oeste	Só estuda	822.507	88,34	96.134	65,16	847.637	92,93	119.180	83,66
	Não Trabalha, não estuda e não cuida de afazeres doméstico	17.748	1,91	3.625	2,46	5.545	0,61	2.853	2,00
	Só cuida de afazeres domésticos	6.919	0,74	1.332	0,90	18.891	2,07	5.214	3,66
	Trabalha e estuda	71.870	7,72	40.792	27,65	35.930	3,94	14.196	9,97
	Só trabalha	12.027	1,29	5.659	3,84	4.113	0,45	1.009	0,71
Nordeste	Só estuda	2.726.545	84,91	922.390	55,66	2.936.723	89,43	1.190.175	77,11
	Não Trabalha, não estuda e não cuida de afazeres doméstico	99.560	3,10	45.590	2,75	41.157	1,25	21.581	1,40
	Só cuida de afazeres domésticos	28.022	0,87	15.789	0,95	103.117	3,14	55.326	3,58
	Trabalha e estuda	316.764	9,86	614.730	37,10	176.727	5,38	252.166	16,34
	Só trabalha	40.179	1,25	58.620	3,54	26.066	0,79	24.304	1,57
Norte	Só estuda	793.195	86,06	23.403	57,82	859.955	89,87	27.614	86,75
	Não Trabalha, não estuda e não cuida de afazeres doméstico	27.731	3,01	844	2,09	14.441	1,51	1.055	3,31
	Só cuida de afazeres domésticos	10.815	1,17	422	1,04	34.635	3,62	1.055	3,31
	Trabalha e estuda	75.251	8,16	14.121	34,89	40.178	4,20	1.897	5,96
	Só trabalha	14.698	1,59	1.687	4,17	7.722	0,81	211	0,66
Sul	Só estuda	1.527.177	89,61	258.619	57,54	1.532.646	91,98	285.646	70,08
	Não Trabalha, não estuda e não cuida de afazeres doméstico	26.628	1,56	9.203	2,05	14.503	0,87	4.237	1,04
	Só cuida de afazeres domésticos	14.982	0,88	2.439	0,54	38.842	2,33	8.352	2,05
	Trabalha e estuda	117.603	6,90	160.897	35,80	71.426	4,29	96.787	23,75
	Só trabalha	17.858	1,05	18.335	4,08	8.896	0,53	12.555	3,08
Sudeste	Só estuda	4.925.279	91,80	425.826	70,26	4.905.917	93,93	476.888	84,09
	Não Trabalha, não estuda e não cuida de afazeres doméstico	103.494	1,93	12.273	2,02	47.959	0,92	8.515	1,50
	Só cuida de afazeres domésticos	32.132	0,60	2.563	0,42	97.468	1,87	18.709	3,30
	Trabalha e estuda	264.311	4,93	139.035	22,94	151.566	2,90	48.902	8,62
	Só trabalha	40.049	0,75	26.390	4,35	20.109	0,39	14.123	2,49

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 12 apresenta as crianças que não freqüentam escolas e a distribuição de motivos pelos quais elas alegaram não freqüentar a escola, separando-as entre as que trabalham e as que não trabalham. O principal motivo alegado para não freqüentar a escola, seja na área urbana ou rural, esteja ou não a criança trabalhando, é que ela “não quis freqüentar a escola”. Deve-se ter em mente que, em geral, não é a criança que responde diretamente ao questionário, podendo essa resposta

estar enviesada pela opinião/explicação dos pais (somente 24% das crianças responderam diretamente às perguntas). O segundo motivo alegado para não freqüentar a escola é o “trabalho”, para as crianças que trabalham, e “outros” ou “doença/ incapacidade”, para as que não trabalham. Ajudar em afazeres domésticos, uma explicação comumente usada para justificar a não freqüência escolar, quando os pais trabalham ou há muitos irmãos, não parece ser muito importante. Surpreendentemente, é na região SE que essa resposta, “ajudar em afazeres domésticos”, destaca-se, sendo o principal motivo de não freqüência escolar alegado pelas crianças que trabalham.

Apesar de não serem os motivos principais, é importante destacar que a falta de transporte e de escolas próximas, na área rural, e a falta de vaga, na área urbana, aparecem como motivos de não freqüência escolar para boa parte das crianças, mostrando que a oferta de escolas, e não só as restrições e preferências da família, ainda importa para a freqüência escolar. Na área rural da região N, 16% das crianças alegam que há falta de transporte e 20% queixam-se da falta de escolas próximas à sua casa. A falta de escolas perto na área rural também é o fator mais importante para 15% das crianças na região CO e para 16% delas na região SE. Interessante notar que a falta de vagas que aflige cerca de 10% das crianças das áreas urbanas, é citada apenas por 6% das crianças na área urbana do NE, região em que a freqüência escolar é mais baixa.

Outro fato relevante, apresentado na Tabela 12, são os altos percentuais de crianças ou famílias que alegam que o motivo de não freqüentarem a escola é “doença ou incapacidade”. Mesmo desconsiderando o altíssimo percentual no N rural, de 28%, que pode ser conseqüência do tamanho pequeno da amostra, praticamente em todas as outras regiões, nas áreas urbanas e rurais, mais de 10% das crianças alegam doença para a não freqüência escolar. Essa resposta pode ser antes uma desculpa dos pais ou responsáveis para justificar a não freqüência escolar, mesmo porque a incidência dessa resposta é maior para crianças que não trabalham.



Tabela 12 – Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, por região e áreas urbana e rural - 2001

Região	Motivo para não freqüentar a escola	Urbano				Rural			
		Trabalha		Não trabalha		Trabalha		Não trabalha	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Centro-Oeste	Ajuda nos afazeres domésticos	321	1,99	1.008	2,05	-	-	344	2,64
	Trabalha ou procura trabalho	6.175	38,26	965	1,97	1.720	25,79	1.009	7,75
	Falta de transporte escolar	-	-	-	-	344	5,16	1.007	7,73
	Falta de dinheiro	197	1,22	1.802	3,67	-	-	1.752	13,45
	Falta de documentação	321	1,99	1.279	2,60	1.007	15,10	322	2,47
	Não existe escola perto de casa	666	4,13	984	2,00	1.008	15,12	2.018	15,49
	Falta vaga na escola	641	3,97	4.831	9,84	642	9,63	638	4,90
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	517	1,05	-	-	-	-
	Doença ou incapacidade	321	1,99	8.009	16,31	-	-	837	6,43
	Não quis freqüentar a escola	5.672	35,14	15.765	32,11	1.304	19,56	2.291	17,59
	Os pais não querem	-	-	837	1,70	-	-	321	2,46
	Os pais preferem que trabalhem	321	1,99	-	-	-	-	-	-
	Outro motivo	1.505	9,32	13.106	26,69	643	9,64	2.485	19,08
Nordeste	Ajuda nos afazeres domésticos	476	0,72	9.202	3,38	1.791	2,16	4.043	2,92
	Trabalha ou procura trabalho	14.529	21,93	4.507	1,66	13.468	16,24	4.007	2,90
	Falta de transporte escolar	-	-	461	0,17	2.618	3,16	1.943	1,41
	Falta de dinheiro	1.455	2,20	17.770	6,54	2.765	3,33	8.496	6,14
	Falta de documentação	3.272	4,94	17.932	6,60	761	0,92	5.942	4,30
	Não existe escola perto de casa	-	-	2.819	1,04	6.153	7,42	15.236	11,02
	Falta vaga na escola	1.169	1,76	19.459	7,16	1.734	2,09	4.654	3,37
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	-	-	761	0,92	-	-
	Não tem quem o leve	762	1,15	2.028	0,75	-	-	519	0,38
	Doença ou incapacidade	2.434	3,67	48.274	17,76	5.726	6,91	22.827	16,51
	Não quis freqüentar escola	31.882	48,13	83.490	30,71	32.487	39,18	38.145	27,58
	Os pais não querem	973	1,47	12.045	4,43	-	-	7.895	5,71
	Os pais preferem que trabalhem	1.293	1,95	-	-	1.337	1,61	-	-
Outro motivo	8.000	12,08	53.869	19,82	13.323	16,07	24.579	17,77	
Norte	Ajuda nos afazeres domésticos	542	2,42	2.427	2,78	-	-	-	-
	Trabalha ou procura trabalho	5.022	22,40	433	0,50	-	-	-	-
	Falta de transporte escolar	205	0,91	-	-	422	22,23	422	12,50
	Falta de dinheiro	422	1,88	4.181	4,78	422	22,23	-	-
	Falta de documentação	753	3,36	7.390	8,45	-	-	211	6,25
	Não existe escola perto de casa	386	1,72	3.672	4,20	211	11,12	844	25
	Falta vaga na escola	746	3,33	9.646	11,03	-	-	211	6,25
	Concluiu a série ou o curso desejado	-	-	494	0,56	-	-	-	-
	Não tem quem o leve	-	-	155	0,18	-	-	-	-
	Doença ou incapacidade	1.090	4,86	10.130	11,58	211	11,12	1.266	37,50
	Não quis freqüentar a escola	9.671	43,14	21.372	24,44	211	11,06	422	12,50
	Os pais não querem	-	-	3.336	3,81	-	-	-	-
	Os pais preferem que trabalhem	580	2,59	290	0,33	211	11,12	-	-
Outro motivo	3.003	13,39	23.925	27,36	211	11,12	-	-	

Região	Motivo para não freqüentar a escola	Urbano				Rural				
		Trabalha		Não trabalha		Trabalha		Não trabalha		
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
Sul	Ajuda nos afazeres domésticos	570	2,13	984	1,04	-	-	565	2,33	
	Trabalha ou procura trabalho	11.100	41,49	3.066	3,23	7.925	25,66	571	2,36	
	Falta de transporte escolar	-	-	589	0,62	4.685	15,17	207	0,85	
	Falta de dinheiro	1.554	5,81	3.520	3,71	588	1,90	794	3,28	
	Falta de documentação	572	2,14	2.927	3,08	-	-	2.904	11,98	
	Não existe escola perto de casa	206	0,77	2.318	2,44	3.132	10,14	1.298	5,36	
	Falta vaga na escola	1.756	6,56	12.244	12,89	-	-	-	-	
	Concluiu a série ou o curso desejado	1.135	4,24	931	0,98	-	-	-	-	
	Não tem quem o leve	-	-	571	0,60	-	-	589	2,43	
	Doença ou incapacidade	207	0,77	21.601	22,75	1.695	5,49	6.138	25,33	
	Não quis freqüentar a escola	8.269	30,91	22.662	23,87	9.026	29,22	5.647	23,30	
	Os pais não querem	-	-	1.932	2,03	1.591	5,15	-	-	
	Os pais preferem que trabalhem	796	2,98	-	-	729	2,36	5.518	22,77	
	Outro motivo	589	2,20	21.610	22,76	1.519	4,92	-	-	
	Sudeste	Ajuda nos afazeres domésticos	21.152	35,40	6.337	2,28	1.051	2,59	2.829	6,82
		Trabalha ou procura trabalho	843	1,41	10.935	3,93	7.670	18,93	1.017	2,45
Falta de transporte escolar		1.131	1,89	4.538	1,63	2.035	5,02	3.885	9,36	
Falta de dinheiro		-	-	12.851	4,61	1.132	2,79	-	-	
Falta de documentação		-	-	4.825	1,73	-	-	452	1,09	
Não existe escola perto de casa		844	1,41	3.117	1,12	7.690	18,98	4.943	11,91	
Falta vaga na escola		4.430	7,42	34.838	12,51	903	2,23	599	1,44	
Concluiu a série ou o curso desejado		857	1,43	2.044	0,73	-	-	566	1,36	
Não tem quem o leve		-	-	776	0,28	-	-	452	1,09	
Doença ou incapacidade		844	1,41	53.508	19,21	1.409	3,48	5.973	14,39	
Não quis freqüentar a escola		20.681	34,62	85.264	30,61	13.387	33,04	12.154	29,29	
Os pais não querem		857	1,43	6.786	2,44	904	2,23	2.913	7,02	
Os pais preferem que trabalhem		2.022	3,38	-	-	1.617	3,99	-	-	
Outro motivo		6.082	10,18	52.687	18,92	2.715	6,70	5.711	13,76	

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 13 apresenta a porcentagem de crianças na escola, por idade e condição de trabalho. Consideram-se as crianças de 7 a 15 anos de idade, pois a escola é obrigatória a partir dos sete anos de idade. Como já visto, a grande maioria das crianças está na escola. É interessante observar que parece haver entrada tardia na escola, pois aumenta a freqüência escolar, a cada idade até os 10 anos. A partir daí, começa a diminuir o percentual de freqüência escolar.

Além de diminuir o número total de crianças na escola a partir dos 10 anos de idade, parte das que continuam na escola começam a trabalhar, portanto, observa-se um aumento, ao longo das idades, do número absoluto de crianças que freqüentam a escola, entre as que trabalham, bem como uma diminuição, entre as que não trabalham.

Considerando-se a freqüência escolar aos 10 anos de idade, vê-se que ela é muito parecida entre áreas rurais e urbanas e entre crianças que trabalham e não trabalham (as proporções entre as crianças que trabalham até essa idade devem ser vistas com cautela, em função da amostra pequena). Comparando-se, entre as regiões, a freqüência escolar aos 15 anos de idade, aparecem diferentes

padrões. Com exceção da área rural da região N, provavelmente, por problema de amostra pequena, as crianças que não trabalham estão em maior proporção na escola. Porém, é interessante notar que a diferença de frequência escolar entre as crianças que trabalham e as que não trabalham é diferente entre áreas rurais e urbanas. Nas regiões S e SE, a diferença de frequência entre as crianças que trabalham e as que não trabalham é maior na área rural, enquanto, nas regiões CO e NE, a maior diferença se dá nas áreas urbanas.



Tabela 13 – Número e porcentagem de crianças na escola, de acordo com a idade, se trabalham ou não, por região e áreas urbana e rural - 2001

Região	Idade	Urbano				Rural			
		Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham		Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Centro-Oeste	7	665	100,00	195.863	96,85	319	100,00	30.019	94,20
	8	2.632	89,16	194.038	99,14	1.306	100,00	31.426	94,88
	9	2.289	100,00	204.129	98,31	2.316	100,00	25.503	95,66
	10	2.118	86,80	187.494	98,77	5.022	100,00	27.914	98,78
	11	7.740	96,04	189.572	98,76	6.987	100,00	24.974	98,73
	12	13.487	92,07	192.278	97,65	5.683	89,51	22.189	96,04
	13	18.607	92,63	182.143	97,13	9.280	93,59	21.874	93,59
	14	25.714	96,10	178.032	96,10	12.758	88,41	16.267	94,02
Nordeste	7	5.924	100,00	674.291	95,24	27.020	100,00	288.810	91,55
	8	15.010	96,63	680.229	96,71	35.589	97,33	280.497	95,18
	9	15.230	92,67	629.756	96,75	59.981	92,65	271.237	95,19
	10	26.297	98,05	616.755	97,66	80.984	97,32	253.528	96,88
	11	44.907	95,04	608.860	97,63	88.896	96,46	249.165	97,24
	12	62.795	94,98	636.904	96,04	136.009	97,00	222.389	95,04
	13	78.915	86,74	638.570	95,26	141.468	94,73	210.255	94,73
	14	116.858	93,29	612.203	93,29	138.830	86,54	188.835	90,97
Norte	7	1.653	100,00	190.802	91,78	-	-	-	-
	8	4.422	100,00	197.450	95,38	211	100,00	211	95,23
	9	4.475	93,72	197.162	96,80	1.053	83,31	1.053	91,88
	10	7.338	95,31	188.007	96,19	2.317	100,00	2.317	90,62
	11	6.203	88,32	179.813	97,25	1.685	100,00	1.685	96,55
	12	12.948	90,47	186.468	97,61	1.897	89,99	1.897	88,32
	13	19.162	84,42	190.713	96,55	2.953	95,00	2.953	95,00
	14	23.229	94,40	170.829	94,40	3.162	88,25	3.162	100,00
Sul	7	3.296	100,00	374.061	96,82	5.180	100,00	87.777	96,20
	8	3.455	94,35	352.366	98,75	8.020	93,17	74.090	96,51
	9	4.289	100,00	331.383	98,83	18.931	96,98	77.945	99,28
	10	9.157	94,13	359.007	98,76	30.126	100,00	68.565	98,85
	11	9.274	94,03	373.393	98,78	30.489	100,00	59.218	100,00
	12	17.830	96,90	363.197	97,90	37.305	94,16	54.877	94,03
	13	19.835	90,49	325.949	97,22	44.585	95,47	57.006	95,47
	14	46.884	95,07	314.180	95,07	34.213	80,89	33.583	82,14
Sudeste	7	2.695	75,87	1.129.897	97,44	4.261	90,41	124.791	96,61
	8	6.812	100,00	1.144.917	98,42	3.658	100,00	115.299	96,07
	9	5.062	100,00	1.034.055	98,84	5.053	100,00	107.476	98,96
	10	14.279	100,00	1.115.630	98,78	17.122	97,43	115.749	98,32
	11	19.352	88,87	1.118.697	98,05	19.150	100,00	102.292	98,58
	12	36.224	97,27	1.137.597	98,41	23.307	84,78	96.423	88,87
	13	63.753	91,30	1.097.843	97,85	31.957	95,26	102.053	95,26
	14	103.652	95,40	1.073.045	95,40	46.578	85,45	79.349	91,00
15	164.048	83,58	979.515	91,53	36.851	65,14	59.282	83,14	

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.

Fonte: PNAD 2001.

Diretamente ligado à frequência escolar está o analfabetismo. A Tabela 14 apresenta a proporção de crianças analfabetas, divididas entre as que trabalham ou não, por situação do domicílio e sexo. O analfabetismo cai com a idade, o que pode indicar também que há entrada tardia na escola. Estudo do Banco Mundial (2001) calcula que crianças que trabalham iniciam, em geral, a vida escolar 4 meses depois das crianças que não trabalham.

A diferença do percentual de analfabetos entre as crianças que trabalham e não trabalham se mantém para as diferentes idades pesquisadas, sendo que as primeiras apresentam uma maior porcentagem de analfabetos. Há diferença também entre meninos e meninas, sendo que as últimas apresentam menor porcentagem de analfabetismo. A maior diferença, porém, ocorre entre as áreas rural e urbana: aos 15 anos de idade, o analfabetismo rural é quase o dobro do urbano. É bom destacar que não estamos controlando renda, educação dos pais e outros fatores importantes que afetam a escolaridade das crianças. Não podemos atribuir essas diferenças simplesmente ao fato de as crianças trabalharem ou não.

Tabela 14 – Porcentagem de crianças analfabetas que trabalham e não trabalham, de acordo com a idade, sexo e áreas urbana e rural - 2001

Idade	% de analfabetos							
	Trabalha				Não trabalha			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas
10 anos	8,79	4,85	22,40	16,20	5,26	3,60	18,72	13,66
11 anos	13,74	6,93	17,47	7,57	4,33	2,57	13,30	8,93
12 anos	4,71	2,83	15,10	4,43	2,57	1,64	9,88	6,26
13 anos	4,47	2,68	10,56	7,19	2,38	1,79	8,52	2,83
14 anos	4,89	2,53	9,10	0,77	1,52	1,09	6,65	3,77
15 anos	2,79	1,54	8,88	4,21	1,81	1,30	7,49	4,12

Fonte: PNAD 2001.

As diferenças regionais são apresentadas na Tabela 15. O analfabetismo é praticamente inexistente, na região Sul, e chega a menos de 2%, na região Sudeste, a partir dos 12 anos de idade, e, na região Centro-Oeste, a partir dos 14 anos de idade. Portanto, só as regiões N e NE apresentam taxas de analfabetismo relevantes e, nos dois casos, elas são maiores para as crianças que trabalham. No NE, 8,82% dos jovens de 15 anos são analfabetos.

Tabela 15 - Porcentagem de crianças analfabetas que trabalham ou não trabalham, de acordo com a idade, sexo e áreas urbana e rural, por região - 2001

Região	Idade	% de analfabetos			
		Trabalha		Não trabalha	
		Freq.	%	Freq.	%
Centro-Oeste	10 anos	987	13,23	6.979	3,20
	11 anos	688	4,57	4.115	1,89
	12 anos	642	3,06	3.449	1,56
	13 anos	643	2,16	3.199	1,52
	14 anos	-	-	1.453	0,72
	15 anos	640	1,15	1.752	0,97
Nordeste	10 anos	29.106	26,57	135.312	15,15
	11 anos	28.306	20,30	89.045	10,12
	12 anos	29.053	14,08	63.363	7,05
	13 anos	29.679	12,39	49.694	5,57
	14 anos	29.897	10,10	32.292	3,74
	15 anos	30.437	8,82	29.197	3,64
Norte	10 anos	420	4,19	16.755	8,29
	11 anos	1.193	13,93	14.432	7,56
	12 anos	1.899	11,57	4.713	2,39
	13 anos	597	2,31	4.854	2,41
	14 anos	1.905	6,05	3.509	1,90
	15 anos	2.432	4,94	3.659	2,07
Sul	10 anos	565	1,42	7.202	1,66
	11 anos	-	-	6.751	1,54
	12 anos	-	-	4.656	1,09
	13 anos	565	0,80	3.475	0,88
	14 anos	589	0,61	4.190	1,13
	15 anos	589	0,38	6.382	1,91
Sudeste	10 anos	2.112	6,63	23.085	1,85
	11 anos	1.701	4,21	21.481	1,72
	12 anos	565	0,89	10.804	0,86
	13 anos	600	0,55	12.565	1,02
	14 anos	981	0,56	8.273	0,68
	15 anos	2.765	1,12	11.102	0,97

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

Como se viu anteriormente, a grande maioria das crianças que trabalha também estuda. Se o trabalho parece não afetar tão fortemente a frequência escolar, é possível que ele afete a intensidade da frequência. A Tabela 16 apresenta a média de horas por dia que as crianças ficam na escola, separando as que trabalham das que não trabalham. As horas estão mais provavelmente relacionadas às estruturas

das escolas, sua dependência administrativa e diferenças regionais de oferta. Por outro lado, os cursos noturnos tendem a oferecer menos horas e serem mais procurados por quem trabalha, podendo, portanto, menos horas também indicar ensino noturno e trabalho. Os dados da Tabela 16 confirmam esse raciocínio: a maioria das crianças fica até 4 horas na escola, mas a concentração da distribuição em menos horas na escola é maior para as crianças que trabalham. Destacam-se, na Tabela 16, as diferenças regionais, independentemente do trabalho, no número de horas escolares. A região SE destaca-se por apresentar grande proporção de crianças que estão na escola por mais de 4 horas, 71% delas estão na área urbana, independentemente do trabalho, e 62% das crianças na área rural. Em seguida, vem a região CO, onde 51% das crianças, na área urbana, e 33%, na área rural ficam mais de 4 horas na escola. Nas outras regiões, mais de 75% das crianças ficam apenas até 4 horas na escola.

Tabela 16 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola, se trabalham ou não trabalham, por região e áreas urbana e rural - 2001

Região	Nº de horas	Urbano				Rural			
		Trabalha		Não trabalha		trabalha		Não trabalha	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Centro-Oeste	Até 4 horas	60.213	55,86	811.201	48,57	39.309	71,49	140.819	65,40
	Mais de 4 até 6 horas	46.427	43,07	835.375	50,02	14.377	26,15	69.151	32,12
	Mais de 6 horas	1.160	1,08	23.568	1,41	1.302	2,37	5.344	2,48
Nordeste	Até 4 horas	401.866	81,43	4.122.502	72,79	758.937	87,55	1.765.909	83,59
	Mais de 4 até 6 horas	90.240	18,29	1.493.135	26,37	101.187	11,67	302.844	14,34
	Mais de 6 horas	1.385	0,28	47.631	0,84	6.772	0,78	43.812	2,07
Norte	Até 4 horas	89.245	77,32	1.300.277	78,67	14.542	90,79	48.910	95,87
	Mais de 4 até 6 horas	25.873	22,41	344.796	20,86	1.476	9,21	2.107	4,13
	Mais de 6 horas	311	0,27	7.691	0,47	-	-	-	-
Sul	Até 4 horas	139.762	73,94	2.347.744	76,73	219.126	85,04	472.326	86,78
	Mais de 4 até 6 horas	49.061	25,95	680.715	22,25	36.633	14,22	65.900	12,11
	Mais de 6 horas	206	0,11	31.364	1,03	1.925	0,75	6.039	1,11
Sudeste	Até 4 horas	120.507	29,06	2.834.631	28,89	78.094	42,06	329.231	36,64
	Mais de 4 até 6 horas	292.549	70,54	6.881.353	70,13	106.229	57,21	563.408	62,70
	Mais de 6 horas	1.656	0,40	95.896	0,98	1.354	0,73	5.927	0,66

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

As Tabelas 17 e 18 investigam, respectivamente, se a criança deixou de comparecer à escola, no período de agosto e setembro de 2001, e qual o volume de faltas, no caso de elas terem existido. Mais da metade das crianças que trabalham na área urbana faltou, pelo menos, 1 dia à escola, no período em questão. A diferença de faltas entre as crianças que trabalham e as que não trabalham não é significativa, na área rural das regiões N, S e SE, mas é significativa na área rural da região CO, onde 70% das

crianças que trabalham faltaram, contra 50% das que não trabalham. Da mesma forma, na área rural da região NE, 41% das crianças que trabalham faltaram à escola, e apenas 31% das que não trabalham. A Tabela 18 mostra que a grande maioria de crianças faltou pouco à escola, até 5 dias, em 2 meses, indicando assim que a intensidade das faltas não é tão grande. Por outro lado, destaca-se a maior proporção de crianças faltando mais de 20 dias na área urbana, independentemente de trabalharem, principalmente, na região CO, onde o percentual é excessivamente alto, 29%.

Tabela 17 - Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos que deixaram de comparecer à escola pelo menos 1 dia, no período de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001, por região e áreas urbana e rural - 2001

Região	Ausência	Urbano				Rural			
		Trabalha		Não trabalha		Trabalha		Não trabalha	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Centro-Oeste	Faltou	69.770	64,72	873.528	52,30	38.895	70,73	108.334	50,31
	Não faltou	38.030	35,28	796.616	47,70	16.093	29,27	106.980	49,69
Nordeste	Faltou	215.843	43,74	1.916.343	33,84	355.121	40,96	666.123	31,53
	Não faltou	277.648	56,26	3.746.925	66,16	511.775	59,04	1.446.442	68,47
Norte	Faltou	51.191	44,35	564.843	34,18	5.268	32,89	17.498	34,30
	Não faltou	64.238	55,65	1.087.921	65,82	10.750	67,11	33.519	65,70
Sul	Faltou	93.365	49,39	1.421.116	46,44	122.934	47,71	274.977	50,52
	Não faltou	95.664	50,61	1.638.707	53,56	134.750	52,29	269.288	49,48
Sudeste	Faltou	254.956	61,48	4.552.562	46,40	102.781	55,35	477.318	53,12
	Não faltou	159.756	38,52	5.259.318	53,60	82.896	44,65	421.248	46,88

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.



Tabela 18 – Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos que trabalham ou não trabalham, de acordo com faixas do número de dias que deixaram de comparecer à escola, no período de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001, por região e áreas urbana e rural - 2001

Região	Dias de ausência	Urbano				Rural			
		Trabalha		Não trabalha		Trabalha		Não trabalha	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Centro-Oeste	De 1 a 5 dias	28.694	41,13	477.499	54,66	19.377	49,82	60.750	56,08
	De 6 a 10 dias	7.570	10,85	76.140	8,72	9.872	25,38	21.398	19,75
	De 11 a 20 dias	9.200	13,19	75.121	8,60	5.266	13,54	12.500	11,54
	Mais de 20 dias	24.306	34,84	244.768	28,02	4.380	11,26	13.686	12,63
Nordeste	De 1 a 5 dias	166.334	77,06	1.545.702	80,66	276.321	77,81	546.840	82,09
	De 6 a 10 dias	31.024	14,37	250.995	13,10	63.446	17,87	88.811	13,33
	De 11 a 20 dias	10.113	4,69	80.036	4,18	9.759	2,75	19.310	2,90
	Mais de 20 dias	8.372	3,88	39.610	2,07	5.595	1,58	11.162	1,68
Norte	De 1 a 5 dias	40.694	79,49	436.156	77,22	4.425	84,00	14.336	81,93
	De 6 a 10 dias	7.124	13,92	77.873	13,79	633	12,02	1.897	10,84
	De 11 a 20 dias	2.034	3,97	32.994	5,84	210	3,99	843	4,82
	Mais de 20 dias	1.339	2,62	17.820	3,15	-	-	422	2,41
Sul	De 1 a 5 dias	78.901	84,51	1.224.196	86,14	96.862	78,79	243.718	88,63
	De 6 a 10 dias	10.178	10,90	138.300	9,73	21.490	17,48	23.725	8,63
	De 11 a 20 dias	3.333	3,57	42.449	2,99	3.428	2,79	3.727	1,36
	Mais de 20 dias	953	1,02	16.171	1,14	1.154	0,94	3.807	1,38
Sudeste	De 1 a 5 dias	185.143	72,62	3.677.558	80,78	80.429	78,25	392.683	82,27
	De 6 a 10 dias	39.359	15,44	502.266	11,03	12.627	12,29	63.061	13,21
	De 11 a 20 dias	10.983	4,31	173.007	3,80	7.014	6,82	13.932	2,92
	Mais de 20 dias	19.471	7,64	199.731	4,39	2.711	2,64	7.642	1,60

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

As quantidades de horas e de faltas na escola estão relacionadas ao tempo que a criança dedica à escola e, provavelmente, influenciam o seu desempenho escolar. Uma medida de desempenho é o número de anos completos de estudo. Apesar de muitas das crianças ainda não terem terminado seu ciclo escolar, isto é, elas provavelmente continuarão estudando, o número de anos de estudo completos até determinada idade dá uma idéia do atraso escolar relativo à idade esperada de entrada na escola, aos sete anos de idade.

A Tabela 19 mostra o número médio de anos de estudo aberto para crianças que trabalham ou não, por sexo e por áreas urbana e rural. Não é possível, nessa medida, distinguir os dados entre as crianças que estão atrasadas mas freqüentando e as que evadiram. As crianças que não trabalham, em geral, têm mais anos de educação, a cada idade pesquisada. As crianças na área urbana e as meninas apresentam maior escolaridade em relação, respectivamente, à área rural e aos meninos.

A diferença de anos de escolaridade entre esses grupos, porém, não cresce sistematicamente com a idade. Aos 15 anos de idade, as meninas da área urbana que não trabalham têm em média 6,5 anos de estudo, o maior nível entre grupos, seguidas de perto pelas meninas da área urbana que trabalham e pelos meninos da área urbana que não trabalham; ambos os grupos com mais de 6 anos de escolaridade. Vale lembrar que, supondo a entrada na escola aos sete anos de idade, estas crianças poderiam ter oito anos de escolaridade.

O número médio de anos de escolaridade, estratificado por regiões é apresentado na Tabela 20. A diferença de escolaridade entre crianças que trabalham e que não trabalham ocorre em todas as regiões para as idades mais avançadas. A região NE tem o pior nível de escolaridade, para todas as idades, e apresenta a maior diferença de escolaridade entre crianças que trabalham, apenas 3,9 anos de estudo, aos 15 anos de idade, e as que não trabalham, 5,1 anos de estudo. SE e S apresentam o maior nível educacional, mais de 6 anos de estudo, independentemente do trabalho, e são seguidas de perto pelo resultado da região CO.

Estudo do Banco Mundial (2001) mostra que, em média, as crianças de 10 a 14 anos estão 2,2 anos atrasadas em relação ao número de anos de estudo esperado. Esse atraso é maior para as crianças que trabalham (2,3 anos), o que corrobora o resultado acima: de que estas crianças têm menos anos de escolaridade. As crianças que só estudam estão, em média, 1,8 ano atrasadas. O atraso é maior na área rural, independentemente do trabalho.

Tabela 19 – Número médio de anos de estudo de crianças que trabalham ou não trabalham, de acordo com a idade, sexo e áreas urbana e rural - 2001

Idade	Trabalha				Não trabalha			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas
10 anos	1,86	2,70	1,76	1,95	2,39	2,57	1,77	2,00
11 anos	2,44	3,13	2,40	2,55	3,19	3,36	2,34	2,62
12 anos	3,61	3,92	2,50	3,00	3,99	4,23	2,96	3,38
13 anos	4,13	4,85	2,99	3,77	4,70	5,04	3,60	4,11
14 anos	5,00	5,27	3,82	4,41	5,45	5,80	4,11	4,62
15 anos	5,68	6,39	4,14	4,79	6,09	6,50	4,48	5,02

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 20 - Número médio de anos de estudo de crianças que trabalham ou não trabalham, de acordo com a idade e por região - 2001

Região	Idade	Trabalha	Não trabalha
Centro-Oeste	10 anos	2,65	2,53
	11 anos	3,33	3,38
	12 anos	3,95	4,09
	13 anos	4,65	4,87
	14 anos	5,29	5,61
	15 anos	5,95	6,23
Nordeste	10 anos	1,43	1,97
	11 anos	2,03	2,62
	12 anos	2,37	3,28
	13 anos	2,90	3,96
	14 anos	3,55	4,63
	15 anos	3,91	5,19
Norte	10 anos	2,07	2,05
	11 anos	2,51	2,76
	12 anos	3,14	3,64
	13 anos	3,72	4,12
	14 anos	4,15	4,99
	15 anos	4,61	5,48
Sul	10 anos	2,71	2,77
	11 anos	3,62	3,62
	12 anos	4,13	4,42
	13 anos	4,77	5,21
	14 anos	5,80	6,00
	15 anos	6,61	6,79
Sudeste	10 anos	2,37	2,58
	11 anos	2,95	3,40
	12 anos	4,12	4,38
	13 anos	4,90	5,22
	14 anos	5,73	5,96
	15 anos	6,48	6,70

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

5. Programas de transferência de renda

Vários programas de transferência de renda focalizados nos pobres foram instituídos, ao longo da década de 90. Esses programas são voltados para famílias de baixa renda e, geralmente, vinculam a transferência de renda à frequência escolar. Em 2001, o Programa Bolsa Escola⁵ era o programa federal de transferência de renda com maior número de beneficiários, quase 2/3 da população-alvo (crianças de 6 a 15 anos com renda familiar per capita igual ou inferior a 0,5 salário mínimo) ou 8,3 milhões de benefícios. Os programas Bolsa Alimentação e Auxílio Gás distribuíram no mesmo ano 3,6 e 4,8 milhões de benefícios, respectivamente.

Também priorizando a educação, mas voltado especificamente para a eliminação do trabalho infantil perigoso, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – distribuiu, no mesmo período, 749 mil benefícios, um número bem menor em relação aos outros programas, mas de acordo com sua maior focalização⁶. O PETI atende crianças trabalhando em situação de risco e foi criado em 1996, a princípio, atendendo apenas as áreas rurais. A exigência para o recebimento desse benefício, além da frequência escolar, inclui a participação em atividades escolares complementares e, obviamente, a exigência de a criança não trabalhar. O programa considera como ocupações perigosas a coleta e produção de carvão, sisal, algodão, cana-de-açúcar, vegetais e frutas, tabaco, sal, farinha, madeira, telhas e cerâmica, pesca, pedreira, entre outras⁷. Nas áreas urbanas, são consideradas perigosas as atividades ilícitas, como tráfico de drogas e prostituição, e vendedores ambulantes. Dois estados destacam-se pela concentração de trabalho infantil em ocupações perigosas: a Bahia era o único estado, em 2001, onde havia trabalho infantil na plantação de sisal e era também o estado com o maior número de crianças trabalhando em horticultura e cana-de-açúcar; o estado do Maranhão, por sua vez, concentrava crianças trabalhando em pesca, plantações de arroz e mandioca.

A Tabela 21 mostra como estão distribuídos os beneficiários dos programas de transferência de renda voltados para a educação entre famílias com renda per capita de até 0,5 salário mínimo, entre crianças que trabalham e entre as que não trabalham, nas áreas rural e urbana. A proporção de beneficiados é bem maior entre as famílias com crianças que trabalham, nas regiões NE, N e SE. Esse fato, a princípio surpreendente, devido à exigência de frequência à escola dos programas, na verdade, apenas confirma que trabalho e estudo concomitantes são possíveis. Anteriormente, vimos que muitas crianças trabalham e estudam. Ferro e Kassouf (2003) estimam, a partir dos dados da PNAD, que os programas de transferência de renda reduzem as horas mensais trabalhadas, mas não encontram resultado conclusivo sobre a redução de trabalho. Cardoso e Souza (2003) também não encontram resultado conclusivo sobre trabalho, mas mostram que esses programas atingem o seu objetivo de aumentar a frequência escolar.

⁵ O Programa Bolsa Escola Federal, além dos programas Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação (Fome Zero) passaram a integrar o Programa Bolsa Família em 2003.

⁶ O número de benefícios de cada programa de transferência de renda está compilado em Rocha (2003).

⁷ Lista de atividades perigosas citada em relatório do Banco Mundial (2001) sobre o PETI.

Chama a atenção o fato de a proporção e número absoluto de famílias beneficiárias serem bem maiores na região NE. Isso não se deve ao fato de a região ser a mais pobre do país, pois a amostra analisada inclui apenas famílias com renda de até 0,5 salário mínimo. As famílias beneficiárias aparecem em maior proporção na área rural, com exceção apenas do CO, onde a proporção de beneficiados é igual entre as áreas urbana e rural. A distribuição de benefícios está, na verdade, vinculada à implementação do Programa Bolsa Escola, que começou atendendo prioritariamente municípios já assistidos anteriormente, seguidos dos 14 Estados com menor IDH - índice de desenvolvimento humano - e/ou pertencentes a micro-regiões com IDH igual ou inferior a 0,5⁸.

Tabela 21 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que trabalham ou não, em famílias com renda de até 0,5 salário mínimo mensal per capita que recebem programa social voltado para a educação - 2001

Região	Programa social	Trabalha				Não trabalha			
		Urbano		Rural		Urbano		Rural	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Centro-Oeste	Beneficiário	6.585	18,66	9.703	20,55	204.800	22,34	38.815	20,42
	Não beneficiário	28.702	81,34	37.512	79,45	711.978	77,66	151.240	79,58
Nordeste	Beneficiário	146.950	36,65	387.028	44,25	1.693.024	34,13	1.104.999	41,66
	Não beneficiário	254.056	63,35	487.547	55,75	3.267.317	65,87	1.547.640	58,34
Norte	Beneficiário	16.301	21,14	4.845	32,37	221.446	17,97	17.498	29,75
	Não beneficiário	60.820	78,86	10.121	67,63	1.010.686	82,03	41.323	70,25
Sul	Beneficiário	9.644	15,01	53.316	30,70	266.709	21,19	116.682	27,26
	Não beneficiário	54.625	84,99	120.379	69,30	991.982	78,81	311.383	72,74
Sudeste	Beneficiário	39.626	22,68	54.107	35,64	682.965	15,65	219.974	27,44
	Não beneficiário	135.110	77,32	97.701	64,36	3.682.320	84,35	581.693	72,56

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

6. Satisfação com o trabalho

As próximas tabelas analisam a satisfação da criança com seu emprego e o motivo de insatisfação com o trabalho. É preciso analisar essas informações com cautela, pois, em geral, não foi a própria criança que respondeu ao questionário, como mostra a Tabela 22. Apenas 24% das crianças responderam diretamente às perguntas.

⁸ O índice de desenvolvimento humano (IDH) varia de 0 a 1, sendo 1 o resultado ideal.

Tabela 22 – Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que responderam às questões da pesquisa - 2001

	A própria pessoa		Pessoa não moradora do domicílio		Outra pessoa moradora do domicílio	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Quem respondeu	720.571	23,52	43.960	1,43	2.298.891	75,04

Fonte: PNAD 2001.

As Tabelas 23 e 24 analisam a satisfação da criança com o emprego e, se estiver insatisfeita, qual o principal motivo. A Tabela 25 indica se a decisão de trabalhar foi dos pais ou da própria criança. A grande maioria das crianças, mais de 80%, parece estar satisfeita com o emprego. A maior satisfação ocorre nas regiões S e CO urbanas, mais de 86% das crianças se dizem satisfeitas; o NE tem a pior proporção de satisfação, mas também alta, de 80%. No caso de não estarem satisfeitas, o principal motivo de insatisfação refere-se ao fato de o trabalho ser cansativo. Nas áreas urbanas das regiões CO, NE e SE, o fato de ganharem pouco aparece como principal motivo de insatisfação, seguido do trabalho cansativo. Nas regiões N e NE, 10% das crianças, aproximadamente, reclamam da falta para tempo de estudar. A maioria das respostas indica que a decisão de trabalhar foi da criança e não dos pais, sendo maior essa porcentagem para a área urbana: mais de 80%, nas regiões CO, S e SE, e mais de 70%, nas regiões N e NE. Essa proporção é um pouco menor nas áreas rurais, mas ainda mais de 60% das crianças dizem que a decisão de trabalhar foi delas, percentual que chega a mais de 70% na região CO.

Tabela 23 – Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação com o emprego, por região, nas áreas urbana e rural - 2001

Região	Satisfação no emprego	Urbano		Rural	
		Frequência	%	Frequência	%
Centro Oeste	Sim	107.547	86,55	52.005	83,45
	Não	16.714	13,45	10.316	16,55
Nordeste	Sim	453.285	80,60	765.966	79,23
	Não	109.102	19,40	200.781	20,77
Norte	Sim	112.741	81,62	15.809	87,21
	Não	25.396	18,38	2.318	12,79
Sul	Sim	186.757	86,15	248.409	85,41
	Não	30.028	13,85	42.430	14,59
Sudeste	Sim	396.373	84,32	187.971	82,13
	Não	73.721	15,68	40.895	17,87

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

Tabela 24 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal pelo qual não estavam satisfeitas com o emprego, por região, nas áreas urbana e rural - 2001

Região	Motivo da insatisfação	Urbano		Rural	
		Freq.	%	Freq.	%
Centro-Oeste	Trabalho cansativo	5.081	30,40	3.324	32,22
	Não tinha tempo para estudar	322	1,93	1.353	13,12
	Ganhava pouco	7.296	43,65	961	9,32
	Não tinha um bom relacionamento com o empregador nesse trabalho	-	-	-	-
	Não gostava de trabalhar	640	3,83	665	6,45
	O pagamento atrasava	-	-	-	-
	Outro motivo	3.375	20,19	4.013	38,90
Nordeste	Trabalho cansativo	33.113	30,35	118.210	58,87
	Não tinha tempo para estudar	9.868	9,04	21.071	10,49
	Ganhava pouco	44.640	40,92	12.098	6,03
	Não tinha um bom relacionamento com o empregador nesse trabalho	1.576	1,44	519	0,26
	Não gostava de trabalhar	10.378	9,51	28.190	14,04
	O pagamento atrasava	421	0,39	-	-
	Outro motivo	9.106	8,35	20.696	10,31
Norte	Trabalho cansativo	8.341	32,84	1.474	63,59
	Não tinha tempo para estudar	2.823	11,12	422	18,21
	Ganhava pouco	6.835	26,91	-	-
	Não tinha um bom relacionamento com o empregador nesse trabalho	-	-	-	-
	Não gostava de trabalhar	3.574	14,07	211	9,10
	O pagamento atrasava	455	1,79	-	-
Sul	Outro motivo	3.368	13,26	211	9,10
	Trabalho cansativo	12.321	41,03	20.257	47,74
	Não tinha tempo para estudar	2.089	6,96	1.317	3,10
	Ganhava pouco	7.909	26,34	8.865	20,89
	Não tinha um bom relacionamento com o empregador nesse trabalho	929	3,09	-	-
Sudeste	Não gostava de trabalhar	2.144	7,14	6.824	16,08
	O pagamento atrasava	-	-	-	-
	Outro motivo	4.636	15,44	5.167	12,18
	Trabalho cansativo	19.781	26,83	26.669	65,21
	Não tinha tempo para estudar	6.658	9,03	1.131	2,77
	Ganhava pouco	30.674	41,61	4.241	10,37
	Não tinha um bom relacionamento com o empregador nesse trabalho	2.116	2,87	566	1,38
Não gostava de trabalhar	4.805	6,52	3.007	7,35	
O pagamento atrasava	452	0,61	-	-	
Outro motivo	9.235	12,53	5.281	12,91	

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 25 – Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, por região, nas áreas urbana e rural - 2001

Região	Motivo principal	Urbano		Rural	
		Freqüência	%	Freqüência	%
Centro-Oeste	Querer trabalhar	101.772	81,90	43.654	70,05
	Pais querem que trabalhem	22.489	18,10	18.667	29,95
Nordeste	Querer trabalhar	422.651	75,15	591.776	61,21
	Pais querem que trabalhem	139.736	24,85	374.971	38,79
Norte	Querer trabalhar	98.521	71,32	11.803	65,11
	Pais querem que trabalhem	39.616	28,68	6.324	34,89
Sul	Querer trabalhar	174.892	80,68	180.833	62,18
	Pais querem que trabalhem	41.893	19,32	110.006	37,82
Sudeste	Querer trabalhar	376.482	80,09	149.661	65,39
	Pais querem que trabalhem	93.612	19,91	79.205	34,61

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

7. Determinantes do trabalho infantil

O número de filhos e a presença de um só dos pais no domicílio são alguns dos fatores considerados para explicar o trabalho infantil e a baixa freqüência escolar, pois a presença de mais filhos exigiria maior renda e mais trabalho doméstico a ser distribuído entre os membros da família, e um só dos pais teria maior dificuldade de sustentar sua família apenas com sua renda e realizar todas as tarefas domésticas. A escolaridade dos pais também é considerada, pois está ligada a preferências, cultura e à renda da família, podendo explicar também o trabalho da criança.

A Tabela 26 mostra, para os domicílios com renda inferior a R\$ 400,00 mensais, a distribuição do número de pessoas no domicílio, para os casos de a criança trabalhar ou não trabalhar. Os domicílios com crianças que trabalham são realmente maiores que os domicílios sem crianças trabalhando. Observa-se também que as famílias têm maior número de pessoas na área rural. Nas áreas rurais das regiões NE e N, mais de 70% das famílias possuem 5 ou mais pessoas. É interessante notar que, nas áreas rurais da região SE, quando as crianças trabalham, o percentual de famílias com, pelo menos, 5 pessoas também ultrapassa os 70%. A menor proporção de famílias grandes ocorre nas áreas rurais da região S. Há uma proporção bem maior de domicílios com crianças trabalhando que têm 7 membros ou mais, quando comparados a domicílios sem crianças trabalhando, nas regiões SE (14,4%, contra 8,2% na área urbana) e NE (25,5%, contra 14,9% na área urbana). Entretanto, nas regiões CO, S e N, as diferenças não são grandes, indicando que outros fatores diferentes do tamanho da família são mais importantes como condicionantes do trabalho infantil do que no NE e SE.

Tabela 26 – Número e porcentagem de domicílios com crianças trabalhando ou não, com renda mensal de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - 2001

Região	número de pessoas	Urbano				Rural			
		Domicílios com crianças que trabalham		Domicílios com crianças que não trabalham		Domicílios com crianças que trabalham		Domicílios com crianças que não trabalham	
		Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
Centro-Oeste	1	518	0,42	1.082	0,05	-	-	-	-
	2	5.074	4,08	97.604	4,58	1.009	1,62	7.041	2,41
	3	17.688	14,23	332.378	15,58	7.875	12,64	30.909	10,56
	4	38.179	30,72	741.527	34,77	17.091	27,42	93.370	31,90
	5	35.373	28,47	557.126	26,12	18.723	30,04	92.856	31,72
	6	15.655	12,60	237.510	11,14	11.095	17,80	39.383	13,46
	7 ou mais	11.774	9,48	165.739	7,77	6.528	10,47	29.133	9,95
Nordeste	1	3.796	0,67	6.274	0,09	476	0,05	-	-
	2	26.765	4,75	363.085	4,94	24.074	2,48	72.097	2,44
	3	67.104	11,92	994.641	13,53	52.697	5,43	233.914	7,91
	4	117.268	20,83	2.127.562	28,93	111.908	11,54	518.442	17,54
	5	126.484	22,46	1.733.705	23,58	172.715	17,81	649.208	21,96
	6	89.147	15,83	1.028.327	13,99	178.083	18,36	532.422	18,01
	7 ou mais	132.516	23,53	1.099.371	14,95	429.895	44,33	950.085	32,14
Norte	1	211	0,15	852	0,04	-	-	-	-
	2	7.524	5,44	83.739	3,89	-	-	1.265	1,81
	3	9.610	6,94	267.822	12,46	1.264	6,97	3.161	4,52
	4	31.066	22,45	544.238	25,31	2.740	15,12	14.967	21,38
	5	29.745	21,50	495.852	23,06	5.058	27,90	24.460	34,94
	6	26.210	18,94	316.299	14,71	4.218	23,27	12.439	17,77
	7 ou mais	34.014	24,58	441.309	20,52	4.847	26,74	13.704	19,58
Sul	1	772	0,36	207	0,01	-	-	-	-
	2	16.205	7,48	184.022	4,71	7.060	2,43	15.916	2,17
	3	38.063	17,56	763.415	19,53	30.895	10,62	104.635	14,24
	4	70.321	32,44	1.383.148	35,39	79.238	27,24	223.952	30,47
	5	54.896	25,32	920.571	23,55	75.686	26,02	200.637	27,30
	6	18.650	8,60	394.342	10,09	49.603	17,06	99.608	13,55
	7 ou mais	17.878	8,25	262.671	6,72	48.357	16,63	90.274	12,28
Sudeste	1	1.999	0,42	5.847	0,05	452	0,19	982	0,08
	2	22.933	4,80	633.373	5,11	2.148	0,92	32.025	2,64
	3	69.328	14,51	2.068.894	16,68	16.326	7,02	143.136	11,78
	4	128.597	26,91	4.373.182	35,25	50.183	21,56	321.027	26,43
	5	125.108	26,18	3.061.695	24,68	70.532	30,31	319.575	26,31
	6	61.248	12,82	1.239.472	9,99	33.226	14,28	173.608	14,29
	7 ou mais	68.684	14,37	1.023.701	8,25	59.844	25,72	224.283	18,47

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

Em relação à presença de um só dos pais no domicílio, seu efeito sobre o trabalho infantil não parece tão claro, como mostram as Tabelas 27 e 28. Elas trazem a frequência de trabalho infantil, para o Brasil e por regiões, para famílias com ambos os pais e com um só dos pais. As famílias com a presença apenas do pai apresentam uma maior proporção de crianças trabalhando, enquanto as famílias apenas com a presença da mãe, ao contrário, apresentam a menor proporção de crianças trabalhando, menor inclusive do que em famílias com a presença de ambos os pais. Esse resultado vale para todas as regiões e parece confirmar a maior preocupação das mães com a educação dos filhos. Kassouf (2002) mostra que a escolaridade do pai, em relação à escolaridade da mãe, está mais relacionada com a decisão de trabalhar do filho, enquanto a escolaridade da mãe tem maior efeito sobre a escolaridade das crianças.

Tabela 27 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que trabalham ou não trabalham, de acordo com a presença dos pais na família - 2001

Presença na família	Trabalha		Não trabalha	
	Frequência	%	Frequência	%
Pai e mãe	2.367.606	8,70	24.857.417	91,30
Só mãe	378.377	6,75	5.223.346	93,25
Só pai	72.109	11,92	533.009	88,08

Fonte: PNAD 2001.



Tabela 28 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que trabalham ou não trabalham, de acordo com a presença dos pais na família, por região - 2001

Região	Presença na família	Crianças de 5 a 15 anos			
		Trabalha		Não Trabalha	
		Freqüência	%	Freqüência	%
Centro-Oeste	Pai e mãe	144.226	7,43	1.795.762	92,57
	Só mãe	20.888	5,25	376.871	94,75
	Só pai	6.620	13,15	43.730	86,85
Nordeste	Pai e mãe	1.158.743	13,53	7.407.320	86,47
	Só mãe	193.674	10,39	1.670.209	89,61
	Só pai	35.908	17,37	170.771	82,63
Norte	Pai e mãe	110.425	6,42	1.609.279	93,58
	Só mãe	18.419	4,97	352.047	95,03
	Só pai	3.136	6,54	44.832	93,46
Sul	Pai e mãe	421.521	10,28	3.677.379	89,72
	Só mãe	43.259	6,33	640.116	93,67
	Só pai	9.508	13,30	61.963	86,70
Sudeste	Pai e mãe	532.691	4,89	10.367.677	95,11
	Só mãe	102.137	4,47	2.184.103	95,53
	Só pai	16.937	7,41	211.713	92,59

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 29 relaciona a escolaridade da mãe com o trabalho infantil. A escolaridade da mãe pode representar tanto suas preferências em relação ao trabalho e estudo dos filhos, como está também altamente correlacionada com sua renda. Pode-se ver, na tabela acima, que as mães com filhos trabalhando têm menor escolaridade, tanto na área rural quanto na urbana, e que as mães, na área rural como um todo, apresentam uma escolaridade bem menor que na área urbana. Nas áreas urbanas do SE, por exemplo, 53% das crianças que trabalham têm mães com, no máximo, o primário completo, contra 35% das crianças que não trabalham. Por outro lado, 17% das crianças que trabalham têm mães com nove ou mais anos de escolaridade, contra 32% das que não trabalham.

Tabela 29 – Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por sexo e situação do domicílio - 2001

Região	Anos de escolaridade da mãe	Crianças que trabalham				Crianças que não trabalham			
		Urbano		Rural		Urbano		Rural	
		Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Centro-Oeste	0 – 4	52.640	50,25	40.018	74,40	684.989	36,47	178.341	67,63
	5 – 8	31.860	30,42	10.193	18,95	598.087	31,85	59.417	22,53
	9 – mais	20.247	19,33	3.574	6,64	594.954	31,68	25.958	9,84
Nordeste	0 – 4	331.179	70,28	760.024	90,59	3.082.094	48,97	2.206.942	85,74
	5 – 8	87.406	18,55	56.520	6,74	1.641.919	26,09	253.655	9,85
	9 – mais	52.665	11,18	22.381	2,67	1.569.330	24,94	113.534	4,41
Norte	0 – 4	66.870	61,97	12.860	81,34	780.268	42,83	41.110	68,90
	5 – 8	26.560	24,61	1.264	7,99	550.518	30,22	11.810	19,79
	9 – mais	14.473	13,41	1.687	10,67	490.904	26,95	6.744	11,30
Sul	0 – 4	86.404	45,95	191.547	71,47	1.252.683	35,72	427.449	63,73
	5 – 8	59.745	31,77	69.330	25,87	1.179.128	33,63	190.755	28,44
	9 – mais	41.892	22,28	7.134	2,66	1.074.823	30,65	52.544	7,83
Sudeste	0 – 4	217.445	53,44	174.761	80,03	3.982.565	35,02	804.015	73,17
	5 – 8	119.888	29,47	33.221	15,21	3.780.901	33,25	210.468	19,15
	9 – mais	69.542	17,09	10.398	4,76	3.607.339	31,72	84.402	7,68

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

Trabalho infantil estratificado por ramos de atividade

As próximas tabelas analisam as diferenças entre os ramos de atividade em que as crianças estão ocupadas, em relação às características das crianças, como sua idade, sexo e região de moradia, e em relação às características do trabalho, como nível de salário e horas semanais trabalhadas. A PNAD divide as atividades de trabalho em 11 grandes ramos. A Tabela 30 especifica esses grupos e detalha as atividades de alguns deles.

Tabela 30 - Divisão dos ramos de atividades de acordo com a PNAD – IBGE - 2001

1. Agrícola	Agricultura, silvicultura e pecuária Extração vegetal Pesca e piscicultura
2. Indústria de transformação	-
3. Indústria da construção	-
4. Outras atividades industriais	Extração mineral Serviços industriais de utilidade pública
5. Comércio de mercadorias	-
6. Prestação de serviços	Serviços de alojamento e alimentação Serviços de reparação e conservação Serviços pessoais Serviços domiciliares Serviços de diversões, radiodifusão e televisão
7. Serviços auxiliares das atividades econômicas	Serviços técnico-profissionais Serviços auxiliares das atividades econômicas
8. Transporte e comunicação	-
9. Social	Serviços comunitários e sociais Serviços médicos, odontológicos e veterinários Ensino
10. Administração pública	Administração pública Defesa nacional e segurança pública
11. Outras atividades	Instituições de crédito, de seguros e de capitalização Comércio e administração de imóveis e valores mobiliários Organizações internacionais e representações estrangeiras Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas

Fonte: PNAD 2001.

Este relatório utiliza uma agregação desses ramos, definida da seguinte forma: o ramo agrícola, tal qual definição da PNAD, item (1); o ramo indústria, englobando os itens (2) e (4); construção, item (3); comércio, item (5); serviços, englobando os itens (6) e (7); social, item (9); e outros, incluindo

os itens (8) e (10). Indivíduos classificados no item (11), assim como indivíduos sem informação do ramo de atividade, foram desconsiderados para a análise que se segue.

É importante lembrar que a distribuição do trabalho infantil por ramos de atividade pode ter relação também com a distribuição dos ramos de atividade, em cada região. A Tabela 31 mostra a distribuição da população adulta (16 anos ou mais) nos ramos de atividade por região. Com essa informação, será possível observar se a distribuição de trabalho infantil simplesmente reproduz a distribuição do trabalho por ramos de atividade em geral, ou se o trabalho infantil concentra-se em algum ramo em particular. A Tabela 31 mostra que serviços é o ramo que mais emprega (população adulta), nas regiões CO, N e SE, enquanto se destaca o ramo agrícola, nas regiões NE e S. A região NE emprega 35% da população adulta no ramo agrícola, enquanto a região S emprega apenas 23%. A região S e a região SE são as que mais empregam na indústria, ambas com 17% da população nesse ramo.



Tabela 31 – Número e porcentagem de trabalhadores de 16 anos ou mais, por região e Brasil - 2001

Região	Atividade	Frequência	%
CO	Ramo agrícola	910.680	17,35
	Comércio	818.715	15,60
	Construção	401.529	7,65
	Indústria	514.743	9,81
	Serviços	1.429.386	27,24
	Social	563.248	10,73
	Outros	609.225	11,61
NE	Ramo agrícola	6.611.111	34,80
	Comércio	2.578.346	13,57
	Construção	1.125.456	5,92
	Indústria	1.614.371	8,50
	Serviços	3.706.778	19,51
	Social	1.765.621	9,29
	Outros	1.593.983	8,39
N	Ramo agrícola	482.294	13,13
	Comércio	650.331	17,71
	Construção	311.732	8,49
	Indústria	442.562	12,05
	Serviços	907.649	24,71
	Social	414.313	11,28
	Outros	464.237	12,64
S	Ramo agrícola	2.793.017	22,91
	Comércio	1.607.580	13,19
	Construção	759.827	6,23
	Indústria	2.109.789	17,31
	Serviços	2.759.578	22,64
	Social	1.152.330	9,45
	Outros	1.009.335	8,28
SE	Ramo agrícola	3.296.415	10,55
	Comércio	4.714.380	15,09
	Construção	2.260.267	7,24
	Indústria	5.255.668	16,83
	Serviços	9.146.526	29,29
	Social	3.482.468	11,15
	Outros	3.076.227	9,85
Brasil	Ramo agrícola	14.093.517	19,76
	Comércio	10.369.352	14,54
	Construção	4.858.811	6,81
	Indústria	9.937.133	13,93
	Serviços	17.949.917	25,16
	Social	7.377.980	10,34
	Outros	6.753.007	9,47

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

1. Distribuição do trabalho infantil, por região, áreas urbana e rural e características individuais

A Tabela 32 apresenta a distribuição dos trabalhos por ramos de atividade, por sexo e área de residência. A grande maioria das crianças na área rural trabalha no ramo agrícola, enquanto as crianças urbanas dividem-se entre trabalhos no comércio e serviços, apesar de também trabalharem no ramo agrícola. Principalmente as meninas trabalham no ramo de serviços. Estudo do UNICEF (1998) confirma a alta concentração de trabalho infantil na agricultura e comenta que, em 1995, apenas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, a maior parte do trabalho infantil não estava em atividades agrícolas. Comparando-se com a distribuição de trabalho adulto, apresentada na Tabela 31, realmente, o trabalho infantil concentra-se no ramo agrícola, em proporção maior do que o trabalho adulto. Estão empregadas, por exemplo, no ramo agrícola, mais de 60% das crianças, nas regiões S e NE. A indústria emprega apenas 9% das crianças nas regiões onde esse setor é mais importante, S e SE.

Tabela 32 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o ramo de atividade, por sexo e áreas urbana e rural - 2001

Região	Ramo de Atividade	Meninos				Meninas			
		Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%
Centro-Oeste	Ramo agrícola	10.759	13,19	44.163	93,73	4.131	10,40	10.720	70,50
	Comércio	29.115	35,70	319	0,68	8.008	20,16	641	4,22
	Construção civil	5.839	7,16	321	0,68	343	0,86	-	-
	Indústria	7.266	8,91	1.303	2,77	3.184	8,02	665	4,37
	Serviços	23.104	28,33	688	1,46	21.073	53,05	3.179	20,91
	Social	2.886	3,54	-	-	2.662	6,70	-	-
	Outros	2.589	3,17	322	0,68	320	0,81	-	-
Nordeste	Ramo agrícola	99.120	27,97	647.157	94,03	23.434	11,62	231.552	82,38
	Comércio	120.720	34,06	11.272	1,64	49.033	24,31	6.951	2,47
	Construção civil	14.787	4,17	1.455	0,21	-	-	1.038	0,37
	Indústria	35.741	10,08	11.982	1,74	18.280	9,06	18.853	6,71
	Serviços	60.807	17,16	14.276	2,07	100.521	49,85	20.475	7,28
	Social	1.095	0,31	211	0,03	7.570	3,75	2.221	0,79
	Outros	22.161	6,25	1.916	0,28	2.820	1,40	-	-
Norte	Ramo agrícola	19.603	21,93	14.332	91,89	3.989	8,34	1.475	63,61
	Comércio	31.156	34,86	-	-	9.480	19,82	-	-
	Construção civil	3.882	4,34	-	-	211	0,44	-	-
	Indústria	11.171	12,50	632	4,05	1.278	2,67	-	-
	Serviços	21.341	23,88	422	2,71	31.757	66,38	633	27,3
	Social	211	0,24	-	-	922	1,93	211	9,10
	Outros	2.016	2,26	211	1,35	204	0,43	-	-

Região	Ramo de Atividade	Meninos				Meninas			
		Urbano	%	Rural	%	Urbano	%	Rural	%
Sul	Ramo agrícola	33.062	24,30	170.219	94,48	9.009	11,19	100.113	90,62
	Comércio	33.001	24,26	1.929	1,07	19.364	24,05	1.159	1,05
	Construção civil	10.717	7,88	565	0,31	-	-	-	-
	Indústria	21.434	15,75	4.785	2,66	15.150	18,81	4.242	3,84
	Serviços	32.247	23,70	2.657	1,47	32.419	40,26	4.963	4,49
	Social	4.452	3,27	-	-	2.881	3,58	-	-
	Outros	1.137	0,84	-	-	1.706	2,12	-	-
Sudeste	Ramo agrícola	46.485	15,48	147.799	87,90	4.238	2,49	44.458	69,76
	Comércio	86.556	28,82	5.872	3,49	33.473	19,64	3.108	4,88
	Construção civil	20.240	6,74	3.524	2,10	1.132	0,66	-	-
	Indústria	33.702	11,22	5.247	3,12	23.994	14,08	3.398	5,33
	Serviços	88.795	29,56	4.276	2,54	92.519	54,29	12.764	20,03
	Social	11.913	3,97	-	-	11.934	7,00	-	-
	Outros	12.654	4,21	1.422	0,85	3.123	1,83	-	-

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 33, que apresenta a proporção de crianças nos diferentes ramos de atividade, estratificadas por sexo e faixa etária, confirma a concentração de trabalho infantil no ramo agrícola, mostrando também que a distribuição de idades dentro do ramo agrícola é a que está mais concentrada em crianças mais jovens, de 5 a 9 anos de idade. Já a construção civil e a indústria apresentam distribuição de idades mais concentradas em meninos mais velhos; as meninas mais velhas concentram-se no ramo de serviços.

Tabela 33 – Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o ramo de atividade, por grupos de idade e sexo - 2001

Sexo	Idade	Ramo agrícola	Construção civil	Serviços	Indústria	Comércio	Social
Meninos	5 a 9 anos	165.012	420	10.888	6.853	27.515	853
		13,4%	0,7%	4,4%	5,1%	8,6%	4,1%
	10 a 12 anos	390.579	4.819	45.107	18.517	86.768	1.526
		31,7%	7,9%	18,1%	13,9%	27,1%	7,4%
	13 a 15 anos	677.108	56.091	192.618	107.893	205.657	18.389
		54,9%	91,5%	77,5%	81,0%	64,3%	88,5%
Meninas	5 a 9 anos	60.096	519	4.918	8.594	8.244	322
		13,9%	19,0%	1,5%	9,6%	6,3%	1,1%
	10 a 12 anos	143.971	777	48.151	20.450	36.647	2.262
		33,2%	28,5%	15,0%	23,0%	27,9%	8,0%
	13 a 15 anos	229.052	1.428	267.234	60.000	86.326	25.817
		52,9%	52,4%	83,4%	67,4%	65,8%	90,9%

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 34 apresenta a distribuição de cor dentro dos ramos de atividade. Nos ramos agrícola, construção civil, serviço e comércio, a maior proporção é de pardos, enquanto, nos ramos industrial e social, há predomínio de brancos. As crianças de cor branca representam 39,5% do total de crianças trabalhando. Da mesma forma, as crianças de cor parda, que perfazem 55,5% do trabalho infantil, apresentam maior proporção dentro do setor agrícola. As crianças de cor negra, 4,5% do total, estão representadas com o dobro dessa proporção na construção civil.

Tabela 34 – Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o ramo de atividade, por cor ou raça - 2001

Cor ou Raça	Ramo agrícola	Construção civil	Serviços	Indústria	Comércio	Social
Branca	593.163	25.113	237.336	112.051	195.512	31.020
	35,6%	39,2%	41,7%	50,4%	43,4%	63,1%
Preta	62.832	5.840	30.298	11.014	22.811	2.037
	3,8%	9,1%	5,3%	5,0%	5,1%	4,1%
Amarela	4.422	-	1.465	1.606	796	-
	0,3%	-	0,3%	0,7%	0,2%	-
Parda	998.892	33.101	299.431	97.636	232.038	16.112
	60,0%	51,7%	52,6%	43,9%	51,4%	32,8%
Indígena	6.509	-	-	-	-	-
	0,4%	-	-	-	-	-

Fonte: PNAD 2001.

2. Educação

As Tabelas 35 e 36 mostram a escolaridade das crianças que trabalham, por ramo de atividade. A Tabela 35 apresenta o percentual de analfabetos por idade e confirma a maior concentração de analfabetos na área rural, pois ela se dá no setor agrícola. Por outro lado, as menores proporções de analfabetos ocorrem nos ramos de serviço e social. O número médio de anos de estudo, apresentado na Tabela 36, também é mais baixo no setor agrícola, havendo diferença de 3 anos de estudo, entre as crianças no ramo agrícola e no ramo social. Ao longo das idades, diminui o analfabetismo e aumenta o número de anos de estudo, mostrando que ao menos parte dessas crianças está na escola. Os ramos de atividade agrupados em “outros” também apresentam baixa escolaridade, mas esse resultado pode não ser significativo, em função da pequena amostra de crianças. O ramo social apresenta a maior escolaridade, o que pode estar ligado ao próprio tipo de trabalho, serviço comunitário e ensino, que sugere mais um trabalho voluntário e não necessário para a criança.

Tabela 35 – Porcentagem de crianças analfabetas, de acordo com a idade, por ramo de atividade, no Brasil - 2001

Idade	% de analfabetos por ramo de atividade						
	Ramo agrícola	Comércio	Construção civil	Indústria	Serviços	Social	Outros
10 anos	20,13	7,65	-	9,22	7,05	-	17,80
11 anos	14,80	10,55	-	16,89	4,60	-	20,46
12 anos	12,27	1,99	15,31	4,79	2,50	0,00	6,35
13 anos	9,48	2,24	6,01	3,25	3,14	0,00	9,70
14 anos	7,69	3,07	2,77	2,66	3,09	0,00	10,74
15 anos	7,87	1,54	1,71	2,85	1,41	0,00	6,26

Nota: Células sem informação possuem muito poucas observações.
Fonte: PNAD 2001.

Tabela 36 – Número médio de anos de estudo, de acordo com a idade, por ramo de atividade, no Brasil - 2001

Idade	Ramo agrícola	Comércio	Construção civil	Indústria	Serviços	Social	Outros
10 anos	1,82	2,12	2,71	2,62	2,19	2,16	0,42
11 anos	2,40	2,74	3,70	2,47	3,05	4,85	2,02
12 anos	2,68	3,86	3,24	3,79	3,70	3,13	3,82
13 anos	3,23	4,52	4,62	4,49	4,55	5,57	3,55
14 anos	3,88	5,36	5,07	5,20	5,18	5,85	4,07
15 anos	4,29	6,24	5,47	5,88	6,00	7,27	5,21

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 37 estratifica as crianças que trabalham entre as que estudam e as que não estudam. A construção civil destaca-se por apresentar a maior proporção de crianças que não estudam, 26,3% delas, vindo, em seguida, serviços e indústria (13%), ramo agrícola (11,2%) e comércio (8,4%). O ramo de atividade social apresenta a maior proporção de crianças estudando, entre as que trabalham.

Tabela 37 – Número e porcentagem de crianças de 7 a 15 anos que só trabalham, que trabalham e estudam, por ramo de atividade - 2001

Ramo de Atividade	Trabalham e estudam	Trabalham e não estudam
Construção civil	46.914	16.720
	73,70	26,30
Serviços	495.790	71.864
	87,30	12,70
Indústria	194.073	27.737
	87,50	12,50
Ramo agrícola	1.453.562	183.315
	88,80	11,20
Comércio	410.340	37.658
	91,60	8,40
Social	46.849	2.320
	95,30	4,70

Fonte: PNAD 2001.

3. Satisfação com o trabalho

As próximas tabelas analisam o motivo e satisfação com o emprego das crianças por ramo de atividade. A Tabela 38 informa quem respondeu ao questionário, e as Tabelas 39, 40 e 41 trazem a informação de satisfação e motivo de insatisfação, além de mostrar de quem foi a decisão de trabalho. Como já comentado, essas respostas devem ser analisadas, levando-se em consideração que, na maioria dos casos, não foi a própria criança que respondeu à questão. Nos ramos de serviços, social e construção civil, é um pouco maior o percentual de respostas dado pelas crianças, mas não passa de 30%.



Tabela 38 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que responderam ao questionário - 2001

Ramo de Atividade	A própria pessoa		Pessoa não moradora do domicílio		Outra pessoa moradora do domicílio	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Ramo agrícola	358.557	21,52	23,624	1,42	1.277.883	76,71
Comércio	102.662	22,76	8,158	1,81	338.326	74,99
Construção civil	17.631	27,53	418	0,65	46.005	71,82
Indústria	50.502	22,72	2,291	1,03	169.514	76,25
Serviços	165.011	29,00	8,682	1,53	392.388	68,97
Social	13.356	27,16	575	1,17	35.238	71,67
Outros	12.852	24,43	212	0,40	39.537	75,16

Fonte: PNAD 2001.

A satisfação é um pouco menor na construção civil e maior na área social, mas está acima de 78%, em todos os ramos de atividades. Os motivos de insatisfação mais citados são o trabalho cansativo, nos ramos agrícola e construção civil, e o baixo salário, principal reclamação das crianças que trabalham nos ramos comércio, serviços e outros. O principal motivo de insatisfação com o trabalho, na indústria, divide-se entre estes dois: trabalho cansativo e baixo salário. No ramo de atividade social, ramo em que a satisfação apresenta maior índice, o principal motivo dos que estão insatisfeitos é o mau relacionamento com o empregador. A maioria das crianças alega que a decisão de trabalhar foi sua, e não dos pais. A proporção mais baixa de crianças decidindo pelo trabalho encontra-se no ramo agrícola, em que 61,61% das crianças dizem que querem trabalhar, seguida pela proporção na construção civil e comércio, com pouco mais de 70% das crianças decidindo sobre seu trabalho.

Tabela 39 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam com relação ao grau de satisfação, por ramo de atividade no Brasil - 2001

Ramo de Atividade	Satisfeito		Não satisfeito	
	Freq.	%	Freq.	%
Ramo agrícola	1.335.465	80,45	322.449	19,42
Comércio	379.595	84,51	68.740	15,30
Construção civil	50.019	78,09	14.035	21,91
Indústria	184.966	83,20	37.341	16,80
Serviços	469.925	83,01	94.032	16,61
Social	46.605	94,79	2.564	5,21
Outros	42.132	80,10	10.469	19,90

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 40 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam, com relação aos motivos de insatisfação no trabalho, por ramo de atividade - 2001

Motivos de insatisfação	Ramo de Atividade													
	Ramo agrícola		Comércio		Construção civil		Indústria		Serviços		Social		Outros	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Trabalho cansativo	191.491	58,99	16.589	23,85	8.809	62,76	13.899	37,22	15.760	16,39	519	20,24	1.294	12,36
Não tinha tempo para estudar	30.415	9,37	5.134	7,38	207	1,47	2.478	6,64	8.820	9,17	-	-	-	-
Ganhava pouco	23.693	7,30	25.310	36,39	1.554	11,07	14.263	38,20	48.105	50,03	772	30,11	8.444	80,66
Não tinha um bom relacionamento com o empregador ou responsável nesse trabalho	519	0,16	785	1,13	-	-	211	0,57	2.918	3,03	1.273	49,65	-	-
Não gostava de trabalhar	44.422	13,69	6.524	9,38	855	6,09	4.011	10,74	4.144	4,31	-	-	-	-
Pagamento atrasava	-	-	421	0,61	-	-	-	-	907	0,94	-	-	-	-
Outro motivo	31.909	9,83	13.977	20,10	2.610	18,60	2.479	6,64	13.382	13,92	-	-	731	6,98

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 41 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 15 anos que trabalhavam por vontade própria ou se trabalhavam a pedido dos pais - 2001

Ramo de Atividade	Quer trabalhar		Pais querem	
	Freq.	%	Freq.	%
Ramo agrícola	1.022.759	61,61	635.155	38,26
Comércio	324.178	72,18	124.157	27,64
Construção civil	45.583	71,16	18.471	28,84
Indústria	173.613	78,10	48.694	21,90
Serviços	480.776	84,93	83.181	14,69
Social	42.043	85,51	7.126	14,49
Outros	46.054	87,55	6.547	12,45

Fonte: PNAD 2001.

4. Rendimento do trabalho infantil

Já vimos que a maioria das crianças, mesmo trabalhando, frequenta a escola. O grau de dedicação à escola, porém, é diferente, tanto em relação às horas em que a criança está na escola, como em relação ao tempo de estudo fora dela; esse tempo está, em grande parte, determinado pelas horas que a criança dedica ao trabalho. A Tabela 42 mostra como variam as horas de trabalho, por ramo de atividade. A construção civil destaca-se por apresentar a maior proporção de crianças que não estuda, e, como seria de se esperar, é o ramo de atividade em que as crianças trabalham mais horas por semana, em média 30,6 horas. Os ramos da indústria e serviços aparecem, em seguida, empregando, em média,

29 e 27 horas semanais, respectivamente. O ramo de atividade social é o que menos horas emprega, em média, 20,8 horas.

Tabela 42 – Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificados pelo número de horas de trabalho semanais e por ramo de atividade - 2001

Horas/ semana	Ramo agrícola	Construção civil	Serviços	Indústria	Comércio	Social
(1 - 5]	88.997	1.493	26.990	7.170	26.442	7.378
	5,3%	2,3%	4,7%	3,2%	5,9%	15,0%
(5 - 10]	245.275	4.053	65.900	20.306	65.621	4.654
	14,7%	6,3%	11,6%	9,1%	14,6%	9,5%
(10 - 20]	722.940	15.285	126.857	66.947	144.842	21.481
	43,4%	23,9%	22,3%	30,1%	32,1%	43,7%
(20 - 40]	498.258	30.486	215.803	90.009	147.111	11.206
	29,9%	47,6%	37,9%	40,5%	32,6%	22,8%
(40 - mais]	109.782	12.737	133.366	37.875	66.930	4.450
	6,6%	19,9%	23,4%	17,0%	14,8%	9,0%
Média	21,4	30,6	29,0	27,0	23,9	20,8

Fonte: PNAD 2001.

As tabelas 43 e 44 apresentam, por ramos de atividade, o valor dos rendimentos das crianças e quanto esse rendimento contribui para a renda familiar. Como vimos, independentemente do ramo de atividade, a grande maioria das crianças recebe entre zero e 0,5 salário mínimo, sendo esse valor baixo mais concentrado no ramo agrícola. A distribuição de salário é um pouco melhor na construção civil, que é o ramo de atividade no qual as crianças trabalham mais horas, portanto, a sua remuneração por hora não é necessariamente melhor. Apesar da baixa remuneração, a Tabela 44 mostra que a renda da criança pode ser importante para a família: em 35% das famílias, com crianças trabalhando no ramo agrícola e com rendimento positivo, e 25%, na construção civil, a contribuição das crianças para a renda familiar, é de mais de 30%. Independentemente do ramo de atividade, em mais de 50% das famílias, a contribuição das crianças para a renda familiar é de mais de 10%, apesar de sua renda estar concentrada em valores muito baixos.

Tabela 43 – Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos que estão trabalhando e recebendo ou não pagamentos, estratificados pelo salário mínimo mensal, por ramo de atividade - 2001

Salário mínimo mensal*	Ramo agrícola	Construção civil	Serviços	Indústria	Comércio	Social
(0,0 – 0,5]	1.599.714	44.397	461.142	168.158	384.124	34.841
	96,2%	69,3%	81,6%	76,0%	85,5%	72,1%
(0,5 – 1,0]	50.409	12.642	85.312	41.522	46.007	10.876
	3,0%	19,7%	15,1%	18,8%	10,2%	22,5%
(1,0 – 2,0]	11.108	7.015	17.604	11.433	16.488	1.738
	0,7%	11,0%	3,1%	5,2%	3,7%	3,6%
(2,0 – 3,0]	1.126	-	1.351	-	2.497	857
	0,1%	-	0,2%	-	0,6%	1,8%

*O salário mínimo considerado foi de R\$200,00 por mês.
Fonte: PNAD 2001.

Tabela 44 – Número e porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificados por ramo de atividade* - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	Ramo agrícola	Construção civil	Serviços	Indústria	Comércio	Social
(0 – 10]	27.005	7.292	128.074	34.699	79.009	14.942
	16,4%	20,7%	36,5%	30,4%	37,2%	48,4%
(10 – 20]	51.445	7.379	103.318	35.340	56.678	8.606
	31,2%	20,9%	29,5%	31,0%	26,7%	27,9%
(20 – 30]	28.194	11.809	54.457	21.966	35.191	3.707
	17,1%	33,5%	15,5%	19,2%	16,6%	12,0%
(30 – 40]	31.276	4.508	25.460	10.750	17.807	2.725
	19,0%	12,8%	7,3%	9,4%	8,4%	8,8%
(40 – 100]	27.167	4.247	39.266	11.380	23.531	887
	16,5%	12,0%	11,2%	10,0%	11,1%	2,9%

*Inclui somente crianças com rendimento positivo.
Fonte: PNAD 2001.

Ocupações perigosas

Uma grande preocupação em relação ao trabalho infantil diz respeito ao tipo de trabalho que a criança exerce e quão prejudicial à sua saúde atual e futura ele pode ser. Nos últimos anos, entidades como a OIT – Organização Internacional do Trabalho, OMS – Organização Mundial da Saúde e o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância – estabeleceram como prioridade a eliminação dos trabalhos perigosos e dos que podem trazer riscos ao desenvolvimento físico e mental das crianças.

Forastieri (1997) argumenta que os locais de trabalho, os equipamentos e os utensílios utilizados não são projetados para crianças, portanto, sua utilização pode gerar problemas ergonômicos e de fadiga. Além disso, as crianças não estão cientes dos perigos envolvidos no trabalho e, em caso de acidente, geralmente, não sabem como reagir. As crianças são, também, menos tolerantes ao calor, ao barulho, aos produtos químicos, às radiações etc., o que pode trazer problemas de saúde e danos irreversíveis.

1. Distribuição das ocupações perigosas

Segundo a Convenção nº 138 da OIT, o trabalho perigoso é aquele que pode causar danos à saúde, à segurança ou à moral das crianças. A legislação brasileira também considera os trabalhos que possam causar danos à saúde e, especificamente, proíbe qualquer produção ou trabalho de manipulação de material pornográfico, divertimento (clubes noturnos, bares, cassinos, circo, apostas) e comércio nas ruas. Além disso, trabalhos em minas, estivagem ou qualquer trabalho subterrâneo são proibidos para menores de 21 anos.

As ocupações perigosas aqui apresentadas foram escolhidas com base na definição de ocupação perigosa da OIT e, para atividades agrícolas, do PETI. A essas foram acrescentadas ocupações que apresentam alto índice de acidentes e problema de saúde, como, por exemplo, as ocupações de condicionador, costureira e empregado doméstico.

A Tabela 45 traz o percentual de crianças que estão trabalhando em ocupações consideradas perigosas, em relação ao total de crianças trabalhando. Pode-se notar que é surpreendentemente alto o trabalho em ocupações consideradas perigosas, perfazendo um total de 46,86% das crianças, nas áreas urbanas, e 31,76%, nas áreas rurais. As regiões CO e N apresentam os percentuais mais altos entre regiões, 49,25% e 51,41%. O Estado do Espírito Santo apresenta o maior percentual entre os estados, 61,67% das crianças trabalhando em ocupações perigosas. Observa-se que a idade considerada para as ocupações perigosas é de 5 a 17 anos, uma vez que a lei brasileira proíbe trabalhos perigosos para menores de 18 anos.

Tabela 45 – Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em ocupações perigosas, no total de trabalhadores nessa faixa etária, por unidade da federação, região e Brasil urbano/rural - 2001

Região/Estado	%	Número
Região Norte*	51,41	145.239
Rondônia	50,96	10.622
Acre	47,56	5.642
Amazonas	51,66	22.633
Roraima	50,01	2.232
Pará	52,34	70.601
Amapá	42,83	1.461
Tocantins	50,68	32.048
Região Nordeste	32,32	753.705
Maranhão	33,21	138.589
Piauí	31,05	44.978
Ceará	37,69	139.040
Rio Grande do Norte	38,34	33.799
Paraíba	32,74	42.419
Pernambuco	28,05	101.251
Alagoas	27,09	38.533
Sergipe	33,14	20.860
Bahia	31,48	194.236
Região Sudeste	47,46	751.390
Minas Gerais	52,09	301.438
Espírito Santo	61,67	66.875
Rio de Janeiro	43,32	64.237
São Paulo	42,63	318.840
Região Sul	43,20	397.971
Paraná	38,64	134.547
Santa Catarina	45,18	93.466
Rio Grande do Sul	46,42	169.958
Região Centro-Oeste	49,25	178.962
Mato Grosso do Sul	48,25	30.968
Mato Grosso	50,16	52.623
Goiás	49,72	85.130
Distrito Federal	44,45	10.241
Brasil rural	31,76	718.501
Brasil urbano	46,86	1.508.766

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região Norte, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 46 mostra quais são as ocupações consideradas perigosas e a frequência de trabalho infantil em cada uma delas. As ocupações consideradas perigosas que mais concentram o trabalho infantil são emprego doméstico, na área urbana, e atividade agropecuária, na área rural. Na área urbana, também se destacam o trabalho em construção civil (regiões CO, S e SE) e comércio ambulante (NE e N) e na área rural, o extrativismo (N e NE) e também o trabalho doméstico (em todas as regiões).

Tabela 46 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em ocupações perigosas, por áreas urbana e rural e por região - 2001

Região	Ocupações	Urbano		Rural	
		Número	%	Número	%
Centro-Oeste	Acondicionador	5.051	4,22	-	-
	Atividades agrícolas	7.828	6,53	47.452	80,22
	Borracheiro	1.158	0,97	-	-
	Comércio ambulante	9.969	8,32	-	-
	Construção civil	16.152	13,48	1.156	1,95
	Costureira/bordadeira	5.141	4,29	-	-
	Cozinheiro/garçom	10.104	8,43	1.009	1,71
	Doceiro/padeiro	1.927	1,61	641	1,08
	Eletricista	1.629	1,36	-	-
	Emprego doméstico	39.838	33,25	7.074	11,96
	Extrativismo vegetal e mineral	1.696	1,42	-	-
	Indústrias diversas	986	0,82	-	-
	Indústria metalúrgica	1.649	1,38	-	-
	Marcenaria	4.183	3,49	639	1,08
	Montagem/manutenção equip. (mecânico)	12.299	10,27	541	0,91
	Produção de cerâmica/olaria	-	-	643	1,09
Tecelagem	-	-	-	-	
Serviço militar/guarda de segurança	197	0,16	-	-	
Nordeste	Acondicionador	12.199	2,61	482	0,17
	Atividades agrícolas	38.126	8,17	169.113	58,96
	Borracheiro	3.490	0,75	-	-
	Comércio ambulante	86.949	18,62	11.005	3,84
	Costureira/bordadeira	26.950	5,77	15.408	5,37
	Cozinheiro/garçom	36.834	7,89	7.870	2,74
	Doceiro/padeiro	11.187	2,40	490	0,17
	Eletricista	3.268	0,70	-	-
	Emprego doméstico	142.717	30,57	32.971	11,49
	Estivador	762	0,16	-	-
	Extrativismo vegetal e mineral	8.140	1,74	32.715	11,41
	Fabricação de calçados	1.591	0,34	-	-
	Afiador/ferramenteiro/cunhador	211	0,05	-	-
	Indústria de couro	497	0,11	-	-
	Indústria de vidros/vidraceiro	4.462	0,96	-	-
	Lixeiro	496	0,11	-	-
	Marcenaria	6.042	1,29	922	0,32
	Montagem/manutenção equip. (mecânico)	27.919	5,98	2.185	0,76
	Indústria de papel, borracha e plástico	211	0,05	-	-
	Produção de cerâmica/olaria	11.956	2,56	6.713	2,34
Construção civil	40.095	8,59	3.966	1,38	
Tapeceiro	421	0,09	-	-	
Tecelagem	1.841	0,39	3.004	1,05	
Serviço militar/guarda de segurança	497	0,11	-	-	

Região	Ocupações	Urbano		Rural	
		Número	%	Número	%
Norte	Acondicionador	3.004	2,23	-	-
	Atividades agrícolas	9.656	7,18	6.747	62,75
	Borracheiro	1.244	0,93	-	-
	Comércio ambulante	21.317	15,85	-	-
	Costureira/bordadeira	597	0,44	-	-
	Cozinheiro/garçom	11.933	8,87	-	-
	Doceiro/padeiro	4.650	3,46	210	1,95
	Draguista	205	0,15	-	-
	Eletricista	1.706	1,27	-	-
	Emprego doméstico	47.146	35,06	1.476	13,73
	Encanador	156	0,12	-	-
	Extrativismo vegetal e mineral	2.045	1,52	1.687	15,69
	Indústrias diversas	1.547	1,15	-	-
	Marcenaria	6.199	4,61	-	-
	Montagem/manutenção equip. (mecânico)	7.718	5,74	-	-
	Produção de cerâmica/olaria	953	0,71	422	3,92
	Construção civil	13.471	10,02	211	1,96
	Tapeceiro	386	0,29	-	-
	Serviço militar/guarda de segurança	408	0,30	-	-
	Indústria de vidros/vidraceiro	145	0,11	-	-
Sul	Acondicionador	25.413	10,78	4.392	2,71
	Atividades agrícolas	11.731	4,98	130.735	80,56
	Borracheiro	2.227	0,94	-	-
	Calçados	16.016	6,80	-	-
	Comércio ambulante	10.451	4,43	-	-
	Costureira/bordadeira	10.240	4,34	1.709	1,05
	Cozinheiro/garçom	23.109	9,81	2.859	1,76
	Doceiro/padeiro	4.412	1,87	1.139	0,70
	Draguista	1.130	0,48	-	-
	Eletricista	4.187	1,78	-	-
	Emprego doméstico	50.579	21,46	11.891	7,33
	Encanador	413	0,18	-	-
	Extrativismo vegetal e mineral	1.177	0,50	2.060	1,27
	Afiador/ferramenteiro/cunhador	1.724	0,73	-	-
	Indústria de couro	1.908	0,81	1.862	1,15
	Indústrias diversas	6.285	2,67	-	-
	Indústria metalúrgica	365	0,15	-	-
	Lixeiro	772	0,33	-	-
	Marcenaria	8.317	3,53	1.294	0,80
	Montagem/manutenção equip. (mecânico)	18.145	7,70	929	0,57
Indústria de papel, borracha e plástico	2.713	1,15	565	0,35	
Produção de cerâmica/olaria	207	0,09	-	-	
Construção civil	29.777	12,63	2.856	1,76	
Tecelagem	1.504	0,64	-	-	
Serviço militar/guarda de segurança	2.106	0,89	-	-	
Indústria de vidros/vidraceiro	772	0,33	-	-	

Região	Ocupações	Urbano		Rural	
		Número	%	Número	%
Sudeste	Acondicionador	40.326	7,31	3.998	2,00
	Atividades agrícolas	28.897	5,24	139.406	69,89
	Borracheiro	1.824	0,33	857	0,43
	Calçados	18.851	3,42	1.132	0,57
	Comércio ambulante	38.898	7,05	1.132	0,57
	Costureira/bordadeira	26.296	4,76	2.262	1,13
	Construção civil	69.787	12,64	5.776	2,90
	Cozinheiro/garçom	65.932	11,95	3.293	1,65
	Doceiro/padeiro	8.004	1,45	1.017	0,51
	Eletricista	20.658	3,74	-	-
	Emprego doméstico	133.740	24,23	26.570	13,32
	Encanador	832	0,15	-	-
	Extrativismo vegetal e mineral	5.340	0,97	3.720	1,87
	Afiador/ferramenteiro/cunhador	843	0,15	-	-
	Indústria de couro	1.273	0,23	-	-
	Indústrias diversss	10.759	1,95	2.571	1,29
	Indústria metalúrgica	3.137	0,57	-	-
	Lixeiro	1.166	0,21	-	-
	Marcenaria	10.107	1,83	2.391	1,20
	Marmorista	1.439	0,26	-	-
	Montagem/manutenção equip. (mecânico)	52.611	9,53	1.811	0,91
Indústria de papel, borracha e plástico	2.299	0,42	416	0,21	
Produção de cerâmica/olaria	1.839	0,33	566	0,28	
Tapeceiro	566	0,10	1.697	0,85	
Tecelagem	3.383	0,61	843	0,42	
Indústria de vidros/vidraceiro	3.125	0,57	-	-	

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.
Fonte: PNAD 2001.

2 Ocorrência de acidentes

A Tabela 47 mostra a proporção de crianças e jovens de 5 a 17 anos que se machucaram no trabalho, por ramo de atividade. A Tabela 48 traz a porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos, por ocupação considerada perigosa. As Tabelas 49 e 50 mostram o tipo de machucado que mais ocorreu em cada ramo de atividade e ocupação.

A concentração de ocorrências de machucados, por ramos de atividade, muda entre as regiões, como pode ser observado na Tabela 47. Na região CO, o ramo de serviços (7%) e o ramo agrícola (6,1%) apresentam maior proporção de ocorrências. Já na região NE, 14% das crianças e jovens se machucaram na indústria e 9,7% na agropecuária. Na região Sul, as porcentagens são parecidas no ramo agrícola, na indústria e nos serviços, todas em torno de 7%. Na região SE, predominam machucados na construção civil (8,2%).

Em algumas ocupações, como fabricação de calçados e borracharia, a frequência de acidentes/doença atingiu mais de 25% das crianças e jovens, no período de um ano. Em números absolutos de machucados, foi a atividade agropecuária a que mais causou acidentes, em todas as regiões.

O emprego doméstico, nas regiões N e S, a atividade de mecânico, na região CO, o extrativismo, na região NE, e a construção civil, na região SE, foram as atividades que mais causaram machucados depois das atividades agrícolas (ver Tabela 48). Muitas ocupações apresentaram um número de observações muito pequeno, que pode não representar a população e devem ser analisados com cuidado.

Analisando-se o tipo de machucado que mais ocorreu em cada região, vê-se, pela Tabela 49, que a grande maioria apresentou “corte” como o principal machucado, seja no ramo agrícola, em todas as regiões, na construção civil e na indústria do SE, na indústria do NE e do S ou serviços, no CO, N e S. A Tabela 50 confirma que a maioria das crianças machuca-se com cortes, em atividades agrícolas. Fratura, dor muscular e problemas respiratórios também estão entre os acidentes e problemas de saúde causados pelo trabalho.

Relatório do Banco Mundial (2001) comenta que a agricultura é uma das ocupações com maior risco, em termos de morbidade e mortalidade. Os riscos estão relacionados ao maquinário usado; ao trabalho extenuante (levantar e carregar peso, trabalhar em posição desconfortável etc.); aos produtos químicos, como pesticidas; à condição meteorológica adversa (por exemplo, muito calor); entre outros. Machucados comuns no trabalho agrícola, por exemplo, em plantações de sisal e cana-de-açúcar, ocorrem em função do uso de facas e similares para cortar, bem como os instrumentos usados para empilhar e transportar a colheita. O mesmo relatório menciona a construção civil como uma ocupação prejudicial para crianças, em função do elevado risco de acidentes e exposição a barulho, sílica, asbestos, poeira e carregamentos pesados. As atividades nas áreas urbanas, como vendedores ambulantes, coletores de lixo, bem como ocupações ilegais, como venda de drogas e prostituição, apresentam outros tipos de riscos e danos, tanto emocionais, como de exclusão social.

Tabela 47 – Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos que se machucaram ou não no trabalho, por ramo de atividade e região - 2001

Ramo de Atividade	Centro-Oeste	Nordeste	Norte*	Sul	Sudeste
Agricultura	6.344	135.557	7.112	32.151	24.896
	6,09	9,73	10,75	7,41	6,77
Comércio	1.947	10.348	1.629	6.607	5.333
	2,61	3,62	2,62	5,63	1,73
Construção Civil	664	3.289	1.305	1.701	6.394
	3,69	7,25	8,90	4,99	8,21
Indústria	1.206	19.600	1.942	8.436	11.077
	3,93	13,93	7,95	7,36	5,27
Serviços	7.297	21.323	4.076	11.084	11.084
	7,00	5,76	4,16	6,28	6,28
Social	321	-	-	1.141	1.141
	2,26	-	-	4,46	4,46
Outros	322	1.590	171	930	1.423
	2,60	3,14	1,85	6,74	2,68

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.

Fonte: PNAD 2001.



Tabela 48 – Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos que se machucaram ou não no trabalho, por ocupação e região - 2001

Região	Ocupação	Machucou-se no trabalho			
		Sim		Não	
		Número	%	Número	%
Centro-Oeste	Acondicionador	643	12,73	4.408	87,27
	Atividades agrícolas	4.326	7,83	50.954	92,17
	Borracheiro	-	-	9.969	100,00
	Comércio ambulante	-	-	1.158	100,00
	Costureira/bordadeira	321	6,24	4.820	93,76
	Cozinheiro/garçom	666	5,99	10.447	94,01
	Doceiro/padeiro	-	-	2.568	100,00
	Eletricista	320	19,64	1.309	80,36
	Emprego doméstico	1.895	4,04	45.017	95,96
	Extratativismo vegetal e mineral	-	-	1.696	100,00
	Afiador/ferramenteiro/cunhador	-	-	986	100,00
	Indústria metalúrgica	-	-	1.649	100,00
	Marcenaria	-	-	4.822	100,00
	Montagem/manutenção equip. (mecânico)	2.144	16,70	10.696	83,30
	Serviço Militar/guarda de segurança	-	-	197	100,00
	Produção de cerâmica/olaria	-	-	643	100,00
	Construção civil	664	3,84	16.644	96,16
	Nordeste	Acondicionador	1.190	9,38	11.491
Atividades agrícolas		18.354	8,94	186.959	91,06
Comércio ambulante		2.617	2,68	95.126	97,32
Borracheiro		-	-	3.490	100,00
Fabricação de calçados		422	26,52	1.169	73,48
Costureira/bordadeira		7.775	18,36	34.583	81,64
Cozinheiro/garçom		1.153	2,61	43.070	97,39
Doceiro/padeiro		973	8,33	10.704	91,67
Eletricista		-	-	3.268	100,00
Emprego doméstico		5.174	2,95	170.093	97,05
Estivador		-	-	762	100,00
Extratativismo vegetal e mineral		8.053	19,71	32.802	80,29
Ferramenteiro		-	-	211	100,00
Indústria de couro		-	-	497	100,00
Indústrias diversas		1.001	26,56	2.768	73,44
Tecelagem		210	4,33	4.635	95,67
Lixeiro		-	-	496	100,00
Marcenaria		-	-	6.964	100,00
Montagem/manutenção equip. (mecânico)		5.359	18,09	24.263	81,91
Serviço militar/Guarda de segurança		-	-	497	100,00
Produção de cerâmica/olaria		3.247	17,39	15.422	82,61
Indústria de papel, borracha e plástico		-	-	211	100,00
Pedreiro		3.010	6,91	40.569	93,09
Tapeceiro		421	100,00	-	-
Indústria de vidros/vidraceiro		482	100,00	-	-

Região	Ocupação	Machucou-se no trabalho				
		Sim		Não		
		Número	%	Número	%	
Norte	Acondicionador	-	-	3.004	100,00	
	Atividades agrícolas	2.891	17,62	13.512	82,38	
	Comércio ambulante	884	4,15	20.433	95,85	
	Borracheiro	244	19,61	1.000	80,39	
	Costureira/bordadeira	-	-	597	100,00	
	Cozinheiro/garçom	454	3,80	11.479	96,20	
	Doceiro/padeiro	204	4,20	4.656	95,80	
	Draguista	-	-	205	100,00	
	Eletricista	-	-	1.706	100,00	
	Emprego doméstico	2.480	5,10	46.142	94,90	
	Encanador	-	-	156	100,00	
	Extrativismo vegetal e mineral	290	7,77	3.442	92,23	
	Indústrias diversas	-	-	1.547	100,00	
	Marcenaria	145	2,34	6.054	97,66	
	Montagem/manutenção equip. (mecânico)	531	6,88	7.187	93,12	
	Serviço militar/guarda de segurança	-	-	408	100,00	
	Produção de cerâmica/ laria	-	-	1.375	100,00	
	Construção civil	1.015	7,63	12.281	92,37	
	Tapeceiro	-	-	386	100,00	
	Indústria de vidros/vidraceiro	-	-	145	100,00	
	Sul	Acondicionador	1.365	4,58	28.440	95,42
		Atividades agrícolas	8.068	5,66	134.398	94,34
Comércio ambulante		-	-	10.451	100,00	
Borracheiro		934	41,94	1.293	58,06	
Calçados		978	5,47	16.900	94,53	
Costureira/bordadeira		570	4,77	11.379	95,23	
Cozinheiro/garçom		1.907	7,34	24.061	92,66	
Doceiro/padeiro		-	-	5.551	100,00	
Draguista		565	50,00	565	50,00	
Eletricista		930	22,21	3.257	77,79	
Emprego doméstico		4.036	6,46	58.434	93,54	
Encanador		-	-	413	100,00	
Extrativismo vegetal e mineral		1.131	34,94	2.106	65,06	
Ferramenteiro		565	32,77	1.159	67,23	
Indústria de couro		-	-	1.908	100,00	
Indústrias diversas		-	-	6.285	100,00	
Tecelagem		-	-	1.504	100,00	
Lixeiro		207	26,81	565	73,19	
Marcenaria		1.342	13,96	8.269	86,04	
Montagem/manutenção equip. (mecânico)		2.501	13,11	16.573	86,89	
Indústria metalúrgica		-	-	365	100,00	
Serviço militar/guarda de segurança		565	26,83	1.541	73,17	
Produção de cerâmica/olaria		207	100,00	-	-	
Indústria de papel, borracha e plástico		934	28,49	2.344	71,51	
Construção civil		2.065	6,33	30.568	93,67	
Indústria de vidros/vidraceiro		-	-	772	100,00	

Região	Ocupação	Machucou-se no trabalho			
		Sim		Não	
		Número	%	Número	%
Sudeste	Acondicionador	599	1,35	43.725	98,65
	Atividades agrícolas	12.985	9,55	148.757	90,45
	Comércio ambulante	452	3,58	38.054	96,42
	Borracheiro	565	21,07	2.116	78,93
	Calçados	4.216	21,10	15.767	78,90
	Costureira/bordadeira	-	-	28.558	100,00
	Cozinheiro/garçom	1.861	2,69	66.046	95,41
	Doceiro/padeiro	857	14,50	7.713	85,50
	Eletricista	-	-	20.058	100,00
	Emprego doméstico	1.862	1,54	154.899	98,46
	Encanador	-	-	832	100,00
	Extrativismo vegetal e mineral	416	4,83	8.192	95,17
	Ferramenteiro	-	-	843	100,00
	Indústria de couro	-	-	1.273	100,00
	Indústrias diversas	-	-	13.330	100,00
	Tecelagem	-	-	4.226	100,00
	Lixeiro	-	-	1.166	100,00
	Marcenaria	566	4,53	11.932	95,47
	Marmorista	360	25,02	1.079	74,98
	Montagem/manutenção equip. (mecânico)	2.970	6,70	49.721	93,30
	Indústria metalúrgica	857	27,32	2.280	72,68
	Produção de cerâmica/olaria	566	23,53	1.839	76,47
	Indústria de papel, borracha e plástico	599	22,06	2.116	77,94
	Construção civil	6.394	8,68	66.924	90,83
	Tapeceiro	-	-	2.263	100,00
	Indústria de vidros/vidraceiro	360	14,90	2.405	76,96

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.

Fonte: PNAD 2001.



Tabela 49 – Número e porcentagem de pessoas entre 5 e 17 anos, de acordo com o tipo de machucado, por ramo de atividade e região - 2001

Região	Tipo de machucado	Ramo de Atividade													
		Agricultura		Comércio		Construção civil		Indústria		Serviços		Social		Outros	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Centro-Oeste	Picada de insetos ou mordidas de animais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Irritação no(s) olho(s)	-	-	-	-	-	-	-	-	319	4,37	-	-	-	-
	Infecção no(s) ouvido(s)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Problemas de pele	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Problemas respiratórios	-	-	-	-	344	51,81	-	-	1.625	22,27	-	-	-	-
	Dor muscular	-	-	-	-	-	-	-	-	197	2,70	-	-	-	-
	Fratura ou entorse	1.647	25,96	-	-	-	-	-	-	840	11,51	-	-	-	-
	Perda de membro ou parte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Corte	4.009	63,19	963	49,46	-	-	885	73,38	2.985	40,91	-	-	-	-
	Queimadura	-	-	-	-	-	-	-	-	666	9,13	-	-	-	-
Outro machucado ou doença	688	10,84	984	50,54	320	48,19	321	26,62	665	9,11	321	100,00	322	100,00	
Nordeste	Picada de insetos ou mordidas de animais	7.208	5,32	-	-	-	-	-	-	461	2,16	-	-	-	-
	Irritação no(s) olho(s)	694	0,51	-	-	-	-	-	-	943	4,42	-	-	-	-
	Infecção no(s) ouvido(s)	762	0,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Problemas de pele	1.001	0,74	461	4,45	761	23,14	211	1,08	497	2,33	-	-	523	32,89
	Problemas respiratórios	5.658	4,17	-	-	-	-	1.656	8,45	938	4,40	-	-	-	-
	Dor muscular	7.208	5,32	1.436	13,88	210	6,38	1.542	7,87	3.014	14,13	-	-	336	21,13
	Fratura ou entorse	4.218	3,11	761	7,35	699	21,25	1.513	7,72	1.740	8,16	-	-	519	32,64
	Perda de membro ou parte	-	-	-	-	-	-	-	-	212	0,99	-	-	-	-
	Corte	84.380	62,25	3.802	36,74	708	21,53	10.499	53,57	8.209	38,50	-	-	-	-
	Queimadura	-	-	212	2,05	490	14,90	210	1,07	1.092	5,12	-	-	-	-
Outro machucado ou doença	24.430	18,02	3.676	35,52	421	12,80	3.969	20,25	4.217	19,78	-	-	212	13,33	
Norte	Picada de insetos ou mordidas de animais	386	5,43	-	-	-	-	-	-	244	5,99	-	-	-	-
	Irritação no(s) olho(s)	-	-	-	-	-	-	-	-	356	8,73	-	-	-	-
	Infecção no(s) ouvido(s)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Problemas de pele	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Problemas respiratórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Dor muscular	633	8,90	-	-	172	13,18	530	27,29	-	-	-	-	-	-
	Fratura ou entorse	1.374	19,32	-	-	-	-	387	19,93	597	14,65	-	-	-	-
	Perda de membro ou parte	-	-	-	-	-	-	-	-	386	9,47	-	-	-	-
	Corte	3.524	49,55	498	30,57	843	64,60	531	27,34	1.640	40,24	-	-	-	-
	Queimadura	-	-	-	-	-	-	290	14,93	486	11,92	-	-	-	-
Outro machucado ou doença	1.195	16,80	1.131	69,43	290	22,22	204	10,50	367	9,00	-	-	171	100,00	

Região	Tipo de machucado	Ramo de Atividade													
		Agricultura		Comércio		Construção civil		Indústria		Serviços		Social		Outros	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sul	Picada de insetos ou mordidas de animais	3.414	10,62	364	5,51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Irritação no(s) olho(s)	-	-	-	-	-	-	772	9,15	-	-	-	-	-	-
	Infecção no(s) ouvido(s)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Problemas de pele	-	-	565	8,55	-	-	929	11,01	589	5,31	-	-	-	-
	Problemas respiratórios	3.066	9,54	1.568	23,73	-	-	207	2,45	1.159	10,46	-	-	-	-
	Dor muscular	589	1,83	796	12,05	206	12,11	1.135	13,45	1.568	14,15	571	50,04	-	-
	Fratura ou entorse	2.107	6,55	1.973	29,86	565	33,22	571	6,77	1.517	13,69	-	-	930	100,00
	Perda de membro ou parte	-	-	-	-	-	-	570	6,76	-	-	-	-	-	-
	Corte	20.093	62,50	1.135	17,18	-	-	3.061	36,28	3.433	30,97	-	-	-	-
	Queimadura	-	-	-	-	-	-	414	4,91	2.253	20,33	-	-	-	-
	Outro machucado ou doença	2.882	8,96	206	3,12	930	54,67	777	9,21	565	5,10	570	49,96	-	-
Sudeste	Picada de insetos ou mordidas de animais	2.036	7,23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Irritação no(s) olho(s)	-	-	-	-	-	-	566	4,45	2.313	15,75	-	-	-	
	Infecção no(s) ouvido(s)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Problemas de pele	452	1,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Problemas respiratórios	1.408	5,00	-	-	-	-	-	-	844	5,75	-	-	-	
	Dor muscular	2.992	10,62	-	-	811	12,01	360	2,83	981	6,68	-	-	857	60,22
	Fratura ou entorse	1.409	5,00	857	11,26	-	-	843	6,62	565	3,85	-	-	566	39,78
	Perda de membro ou parte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Corte	12.299	43,65	3.181	41,79	4.452	65,92	6.404	50,32	3.147	21,43	566	100,00	-	-
	Queimadura	-	-	-	-	-	-	360	2,83	1.294	8,81	-	-	-	-
	Outro machucado ou doença	4.300	15,26	1.295	17,01	1.131	16,75	2.544	19,99	1.976	13,46	-	-	-	-

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.

Fonte: PNAD 2001.



Tabela 50 – Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos, de acordo com o tipo de machucado obtido no trabalho, por ocupação perigosa e região - 2001

Centro-Oeste														
Ocupações	Irritação no(s) olho(s)		Problemas respiratórios		Dor muscular		Fratura ou entorse		Corte		Queimadura		Outro machucado ou doença	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Acondicionador	-	-	321	49,92	-	-	-	-	322	50,08	-	-	-	-
Atividades agrícolas	-	-	-	-	-	-	1.647	38,07	1.991	46,02	-	-	688	15,90
Construção civil	-	-	344	51,81	-	-	-	-	-	-	-	-	320	48,19
Costureira/bordadeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	321	100,00
Cozinheiro/garçom	-	-	-	-	-	-	-	-	344	51,65	322	48,35	-	-
Eltricista	-	-	-	-	-	-	-	-	320	100,00	-	-	-	-
Emprego doméstico	-	-	662	34,93	197	10,40	197	10,40	518	27,34	-	-	321	16,94
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	319	14,88	-	-	-	-	-	-	1.481	69,08	-	-	344	16,04

Nordeste																
Ocupações	Irritação no(s) olho(s)		Problemas de pele		Problemas respiratórios		Dor muscular		Fratura ou entorse		Corte		Queimadura		Outro machucado ou doença	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Acondicionador	-	-	-	-	-	-	497	41,76	-	-	212	17,82	-	-	481	40,42
Atividades agrícolas	212	1,16	-	-	-	-	693	3,78	523	2,85	12.683	69,10	-	-	4.243	23,12
Comércio ambulante	-	-	461	17,62	-	-	-	-	761	29,08	422	16,13	212	8,10	761	29,08
Construção civil	-	-	761	25,28	-	-	210	6,98	699	23,22	919	30,53	-	-	421	13,99
Costureira/bordadeira	461	5,93	-	-	476	6,12	2.401	30,88	-	-	2.967	38,16	-	-	1.470	18,91
Cozinheiro/garçom	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	943	81,79	-	-	210	18,21
Doceiro/padeiro	-	-	-	-	-	-	211	21,69	-	-	762	78,31	-	-	-	-
Emprego doméstico	-	-	497	9,61	-	-	761	14,71	-	-	1.563	30,21	461	8,91	1.892	36,57
Extrativismo vegetal e mineral	-	-	-	-	964	11,97	-	-	497	6,17	6.111	75,88	-	-	481	5,97
Fabricação de calçados	-	-	-	-	211	50,00	211	50,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Ind. papel, borracha, plástico	-	-	211	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de vidros/vidraceiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	482	100,00	-	-	-	-
Indústrias diversas	482	48,15	-	-	-	-	-	-	-	-	519	51,85	-	-	-	-
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.740	32,47	3.073	57,34	210	3,92	336	6,27
Produção de cerâmica/olaria	-	-	-	-	481	14,81	-	-	-	-	482	14,84	-	-	2.284	70,34
Tecelagem	-	-	-	-	-	-	210	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Tapeceiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	421	100,00	-	-	-	-

Norte																
Ocupações	Picada de insetos ou mordidas de animais		Irritação no(s) olho(s)		Dor muscular		Fratura ou entorse		Perda de membro ou parte		Corte		Queimadura		Outro machucado ou doença	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Atividades agrícolas	-	-	-	-	422	14,60	742	25,67	-	-	1.130	39,09	-	-	597	20,65
Borracheiro	244	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio ambulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	354	40,05	-	-	530	59,95
Construção civil	-	-	-	-	172	16,95	-	-	-	-	843	83,05	-	-	-	-
Costureira/bordadeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cozinheiro/garçom	-	-	-	-	-	-	211	46,48	-	-	-	-	243	53,52	-	-
Doceiro/padeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	204	100,00
Emprego doméstico	-	-	211	8,51	-	-	386	15,56	-	-	1.640	66,13	-	-	243	9,80
Extrativismo vegetal e mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	290	100,00
Marcenaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145	100,00	-	-	-	-
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	-	-	145	27,31	-	-	-	-	386	72,69	-	-	-	-	-	-

Sul																
Ocupações	Irritação no(s) olho(s)		Problemas de pele		Problemas respiratórios		Dor muscular		Fratura ou entorse		Perda de membro ou parte		Corte		Queimadura	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Acondicionador	-	-	-	-	-	-	-	-	795	58,24	-	-	-	-	-	-
Afiador/ferramenteiro / cunhador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	100,00	-	-
Atividades agrícolas	-	-	-	-	1.140	14,13	589	7,30	1.154	14,30	-	-	4.620	57,26	-	-
Borracheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	364	38,97	-	-	570	61,03	-	-
Comércio ambulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção civil	-	-	364	17,63	-	-	206	9,98	565	27,36	-	-	-	-	-	-
Costureira/bordadeira	-	-	-	-	-	-	570	100,00	-	-	-	-	-	-	729	38,23
Cozinheiro/garçom	-	-	589	30,89	589	30,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Draguista	-	-	-	-	565	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletricista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	60,75	365	39,25
Emprego doméstico	-	-	-	-	-	-	1.154	28,59	-	-	-	-	1.158	28,69	1.159	28,72
Extrativismo vegetal e mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.131	100,00	-	-
Fabricação de calçados	-	-	-	-	207	21,17	565	57,77	-	-	-	-	206	21,06	-	-
Ind. papel, borracha, plástico	-	-	-	-	-	-	-	-	364	38,97	-	-	570	61,03	-	-
Lixeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcenaria	-	-	565	42,10	-	-	-	-	-	-	570	42,47	-	-	207	15,42
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	772	30,87	-	-	589	23,55	-	-	-	-	-	-	1.140	45,58	-	-
Produção de cerâmica/olaria	-	-	-	-	-	-	-	-	207	100,00	-	-	-	-	-	-
Serviço militar/guarda de segurança	-	-	-	-	-	-	-	-	565	100,00	-	-	-	-	-	-

Sudeste																
Ocupações	Picada de insetos ou mordidas de animais		Irritação no(s) olho(s)		Problemas de pele		Problemas respiratórios		Dor muscular		Fratura ou entorse		Corte		Queimadura	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Atividades agrícolas	2.036	15,68	-	-	452	3,48	843	6,49	2.149	16,55	843	6,49	4.512	34,75	-	-
Borracheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565	100,00	-	-	-	-
Comércio ambulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção civil	-	-	-	-	-	-	-	-	811	12,68	-	-	4.452	69,63	-	-
Costureira/bordadeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	843	45,30	
Cozinheiro/garçom	-	-	452	24,29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doceiro/padeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	857	100,00	-	-
Emprego doméstico	-	-	452	24,27	-	-	-	-	-	-	-	-	1.410	75,73	-	-
Extrativismo vegetal e mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	416	100,00	-	-
Fabricação de calçados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	843	20,00	1.686	39,99	-	-
Ind. papel, borracha, plástico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	599	100,00	-	-
Indústria de vidros/vidraceiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	360	100,00	-	-
Indústria metalúrgica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	857	100,00	-	-
Marcenaria	-	-	566	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marmoaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	360	100,00	
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	-	-	566	19,06	-	-	-	-	416	14,01	-	-	1.988	66,94	-	-
Produção de cerâmica/olaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	566	100,00	-	-

Nota: A PNAD não inclui a área rural da região N, com exceção da área rural do estado do Tocantins.

Fonte: PNAD 2001.

3. Prevenção de acidentes

As tabelas 51 e 52 investigam, respectivamente, se houve alguma orientação para evitar acidentes de trabalho e se as crianças e jovens de 5 a 17 anos usavam algum tipo de proteção. A construção civil e a indústria foram os ramos de atividade em que mais houve orientação. Das crianças e jovens trabalhando na indústria, 43%, no CO, 42%, no NE, e 50%, no N, receberam orientação para evitar machucados. Esse percentual médio é alto para a construção civil, nas regiões S e SE, em que 63% e 61% das crianças e jovens, respectivamente, receberam orientação. Em seguida, vem o ramo de atividade agropecuária, no qual 40% das crianças, aproximadamente, receberam orientação para evitar acidentes. No ramo agrícola, o percentual só é bem inferior a 40% na região N, onde apenas 23% deles receberam alguma orientação. A orientação para evitar acidentes aparece mais, de forma coerente, nos ramos de atividade onde a incidência de acidentes é maior. Essa orientação, no entanto, não tem sido suficiente para evitar acidentes, como vimos anteriormente. A região S apresenta o maior índice de utilização de alguma proteção contra acidentes, como mostra a Tabela 52, 48% das crianças e jovens, no ramo agrícola, e 41%, na indústria, utilizam alguma proteção; esses percentuais caem para 14% e 13%, na região NE.

Tabela 51 – Número e porcentagem de crianças de 5 a 17 anos que receberam orientação para evitar acidentes de trabalho, por ramo de atividade e região - 2001

Ramo de Atividade	Centro-Oeste	Nordeste	Norte*	Sul	Sudeste
Agricultura	38.782	513.817	15.435	250.074	137.206
	37,24	36,89	23,33	57,62	37,33
Comércio	19.683	58.383	14.123	34.606	84.874
	26,39	20,41	22,75	29,48	27,54
Construção civil	6.107	18.049	5.365	21.323	47.575
	33,98	39,78	36,57	62,55	61,06
Indústria	13.282	58.918	12.095	61.918	117.362
	43,24	41,86	49,51	54,00	55,80
Serviços	28.401	111.779	23.225	57.895	148.214
	27,26	30,22	23,71	32,82	32,63
Social	5.478	6.918	1.088	8.586	26.910
	38,58	28,31	25,95	33,57	37,05
Outros	2.759	9.232	2.761	4.277	20.355
	22,31	18,26	29,87	31,01	38,37

* Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

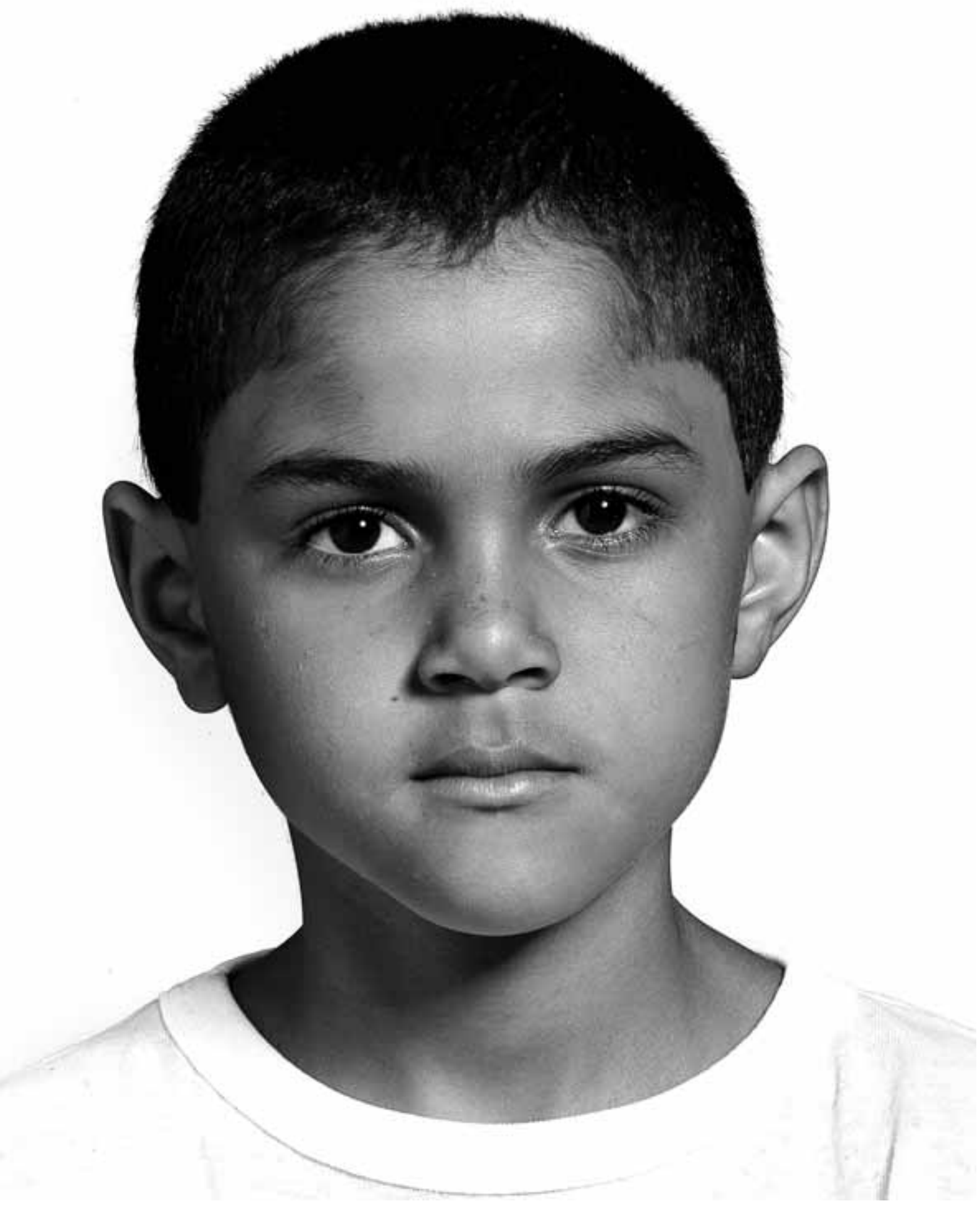
Fonte: PNAD 2001.

Tabela 52 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 17 anos que utilizam ou não algum tipo de equipamento para evitar acidentes de trabalho, por ramo de atividade e região - 2001

Ramo de Atividade	Centro-Oeste	Nordeste	Norte*	Sul	Sudeste
Agricultura	24.220	196.133	16.536	210.260	99.374
	23,26	14,08	24,99	48,45	27,04
Comércio	4.435	4.525	3.272	8.254	26.635
	5,95	1,58	5,27	7,03	8,64
Construção civil	5.001	8.415	3.562	11.297	27.514
	27,83	18,55	24,28	33,14	35,31
Indústria	10.423	18.303	6.640	47.360	70.139
	33,94	13,00	27,18	41,31	33,35
Serviços	13.589	26.547	8.127	33.742	64.043
	13,04	7,18	8,30	19,13	14,10
Social	1.802	905	501	3.316	9.858
	12,69	3,70	11,95	12,97	13,57
Outros	1.305	4.423	2.059	1.142	11.035
	10,55	8,75	22,28	8,28	20,80

* Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

Fonte: PNAD 2001.





Conclusão

Inicialmente, foram apresentadas as diferenças de desenvolvimento e condições de vida entre as regiões brasileiras, ficando clara a grande disparidade de resultados entre as regiões NE e N, e SE e S. Em seguida, analisou-se a distribuição do trabalho infantil, por grupos de idade, sexo e áreas urbana e rural, em todas as regiões.

É grande a diferença de incidência do trabalho infantil entre as regiões brasileiras. A incidência de trabalho infantil é maior nas regiões NE e S, com 13% e 10%, respectivamente, das crianças trabalhando. Apesar de a região S estar entre as regiões mais ricas do país, a agricultura familiar é importante nessa região, o que, em parte, explica que as regiões rurais do NE, região mais pobre do país, e do S apresentem, praticamente, a mesma incidência de trabalho infantil. Em números absolutos, o NE também aparece com o maior número de crianças trabalhando, 1,5 milhão, seguido pela região SE, com 710 mil crianças.

Foi apresentado o perfil do trabalho infantil: seu rendimento, quando existe; sua relação com a renda familiar; as horas trabalhadas; a posição na ocupação; e, finalmente, a questão do trabalho perigoso. Apenas 35% das crianças recebem salário por seu trabalho. A proporção de recebimento, nas áreas urbanas, é de 58%, contra 13%, em média, nas áreas rurais. Na região SE, entretanto, mais de 30% dos jovens recebem pagamento, na área rural. Em relação à posição na ocupação, a região S apresenta a maior proporção de meninos trabalhando para o próprio consumo, na área urbana, 14,78%, contra cerca de 5% das crianças, nas outras regiões. Essa informação parece sugerir que parte da agricultura familiar, mais presente na região S, encontra-se em área urbana ou que as famílias ligadas à agricultura familiar moram em área urbana.

A satisfação ou não com o trabalho e os seus motivos foram investigados, mas sua análise ficou prejudicada pelo fato de, na maioria dos casos, não serem as crianças a responder a entrevista. Uma das grandes preocupações relativas ao trabalho infantil refere-se à sua interferência na frequência e dedicação à escola, pois a educação é um dos fatores mais importantes relacionados às oportunidades futuras da criança. Das crianças (de 5 a 15 anos de idade) que trabalham, 89% freqüentam escola, enquanto 97% das crianças que não trabalham estão na escola. A região NE apresenta a menor proporção de crianças apenas estudando, 80%, mas a freqüência escolar é muito próxima à freqüência das outras regiões, devido a maior proporção de crianças trabalhando e estudando no NE, 14%. A diferença de escolaridade entre crianças que trabalham e que não trabalham ocorre em todas as regiões, para as idades mais avançadas. A região NE tem o pior nível de escolaridade, para todas as idades, e apresenta a maior diferença de escolaridade entre crianças que trabalham, apenas 3,91 anos de estudo, aos 15 anos de idade, e as que não trabalham, 5,19 anos de estudo. SE e S apresentam o maior nível educacional, mais de 6 anos de estudo, independentemente do trabalho, e são regiões

Alguns determinantes do trabalho infantil, comumente investigados, são o número de filhos, a presença de um só dos pais no domicílio e a educação da mãe. Analisa-se também a relação entre programas de transferência de renda vinculados à frequência escolar e o trabalho infantil. Maior número de filhos e menor nível de escolaridade da mãe parecem estar positivamente correlacionados com o trabalho infantil, em todas as regiões. É interessante observar que a presença apenas do pai, como esperado, aumenta a probabilidade de trabalho infantil, enquanto que a presença apenas da mãe mostra menor incidência de trabalho infantil, inclusive se esses dados são comparados com os de famílias com ambos os pais. Os ramos de atividade em que as crianças estão ocupadas são analisados em relação às características das crianças, como idade, sexo e região de moradia, e em relação às características do trabalho, como nível de salário e horas semanais trabalhadas. Os ramos de atividade considerados são: ramo agrícola, indústria, construção, comércio, serviços, social, entre outros.

A grande maioria das crianças, na área rural, trabalha no ramo agrícola, enquanto as crianças urbanas dividem-se entre trabalhos no comércio e serviços, apesar de também trabalharem no ramo agrícola. No ramo de serviços, principalmente as meninas trabalham.

Em relação à escolaridade, o número médio de anos de estudo é mais baixo no setor agrícola, havendo diferença de 3 anos de estudo, entre as crianças que trabalham no ramo agrícola e as do ramo social. A construção civil destaca-se por apresentar a maior proporção de crianças que não estudam, 26,3% delas, e é o ramo de atividade em que as crianças trabalham mais horas na semana, em média 30,6 horas. A distribuição de salário é um pouco melhor na construção civil, que é o ramo de atividade no qual as crianças trabalham mais horas, portanto, sua remuneração por hora não é necessariamente melhor. Independentemente do ramo de atividade, em mais de 50% das famílias, a contribuição para a renda familiar das poucas crianças que recebem remuneração é de mais de 10%, apesar de sua renda estar concentrada em valores muito baixos.

Uma grande preocupação em relação ao trabalho infantil diz respeito ao tipo de trabalho que a criança exerce e quão prejudicial à sua saúde atual e futura ele pode ser. As ocupações perigosas aqui apresentadas foram escolhidas com base na definição de ocupação perigosa da OIT e, para atividades agrícolas, do PETI. A essas foram acrescentadas ocupações que apresentam alto índice de problema de saúde, como, por exemplo, as ocupações de condicionador, costureira e empregado doméstico. É surpreendentemente alto o trabalho infantil em ocupações consideradas perigosas, perfazendo um total de 44,19% das crianças, nas áreas urbanas, e 31,36%, nas áreas rurais. As regiões CO e N apresentam os percentuais mais altos entre regiões, 49,25% e 51,41%. Observa-se que a idade considerada para as ocupações perigosas é de 5 a 17 anos, uma vez que a lei brasileira proíbe trabalhos perigosos para menores de 18 anos. As ocupações perigosas que mais concentram o trabalho infantil são emprego doméstico, na área urbana, e atividade agropecuária, na área rural.

Os dados apresentados sobre ocorrência de acidentes e sua prevenção mostram que, em algumas ocupações, como fabricação de calçados e borracharia, a frequência de acidentes/doença atingiu mais de 25% das crianças, no período de um mês. Em números absolutos de machucados, foi a atividade

agropecuária a que mais causou acidentes, em todas as regiões.

A construção civil e a indústria foram os ramos de atividade nos quais houve mais orientação das crianças e jovens trabalhadores. Na indústria, registraram-se os seguintes percentuais de trabalhadores que receberam orientação para evitar acidentes: 43%, no CO; 42%, no NE; e 50%, no N. O percentual médio é alto para a construção civil, nas regiões S e SE, em que 63% e 61% das crianças e jovens, respectivamente, receberam orientação. Em seguida vêm os ramos de atividade agropecuária, no qual 40% das crianças, aproximadamente, receberam orientação para evitar acidentes. No ramo agrícola, o percentual só é bem inferior a 40% na região N, onde apenas 23% deles receberam alguma orientação. A região S apresenta o maior índice de utilização de alguma proteção contra acidentes: 48% das crianças e jovens, no ramo agrícola, e 41%, na indústria, utilizam alguma proteção. Esses percentuais caem para 14% e 13%, na região NE.

Referências bibliográficas

Affonso, R. e Silva, P. (org.) (1995). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*, Fundap. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2000), IBGE.

Baer, W. (1979). *The Brazilian economy: its growth and development*, Grid Publishing, Inc..

Banco Mundial (2001) *Brazil: eradicating child labor in Brazil*, Report no. 21858-BR, Human Development Department. Endereço eletrônico: www-wds.worldbank.org/external/lac

Brasil: Lei n. 10219, de 11 de abril de 2001. *Plano nacional de renda mínima vinculada à educação – “bolsa escola”*. Disponível em <http://prolei.cibec.inep.gov.br>

Cardoso, E. e Souza, A. (2003). *The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil*.

Censo demográfico de 2000, IBGE.

Ferro, A. e Kassouf, A. (2003). *Avaliação do Impacto dos Programas de Bolsa Escola na Incidência de Trabalho Infantil no Brasil*, ANPEC 2003.

Forastieri, V. (1997). *Children at Work. Health and Safety Risks*. International Labour Office. Geneva, pp. 138.

Hoffmann, R. (2001). *Distribuição de renda no Brasil: poucos com muito e muitos com pouco*. In *Economia Social no Brasil*. Ed. L. Dowbor e S. Kilsztajn, editora SENAC.

IPEADATA (2004), IPEA, endereço eletrônico: www.ipea.gov.br.

Kassouf, A. (2002). *Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil*, Brasília, Secretaria do trabalho infantil no Brasil.

Neri, M., Costa, D. (2001). *Infortúnios paternos, infâncias perdidas*, Conjuntura Econômica n. 55 vol. 3 RJ, FGV.

PNAD 2001. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE*, Rio de Janeiro. Prado Júnior, C. *Formação do Brasil contemporâneo*, 23ª ed., ed. Brasiliense, 1994.

Rocha, S. (2003), *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro, FGV Editora.







Organização Internacional do Trabalho
Programa Internacional para Eliminação
do Trabalho Infantil - IPEC

